

RELATÓRIO & CONTAS

EXERCÍCIO ECONÓMICO 2016



Enapor

Portos de Cabo Verde

Índice

1. INDICADORES CHAVE	3
<i>Indicadores chave</i>	4
2. GOVERNO DA SOCIEDADE	5
3. CONSIDERAÇÕES GERAIS	9
4. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	11
5. 2016: PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	14
6. ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO	17
7. ATIVIDADE PORTUÁRIA	21
8. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	33
9. RECURSOS HUMANOS	36
10. MARKETING, GESTÃO CONCESSÕES, COMERCIAL E COOPERAÇÃO	39
11. INVESTIMENTOS	44
12. SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE	50
13. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	52
14. PERSPECTIVAS FUTURAS	64
15. PROPOSTA APLICAÇÃO RESULTADOS	67
16. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	69
17. ANEXOS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	74
18. RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	112
19. CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	115



Porto de Furna

1. INDICADORES CHAVE

INDICADORES CHAVE

SECTORES	2016	2015	2014	2013
TRAFEGO PORTUÁRIO				
Escalas de Navios	6.957	6.514	6.646	6.678
Movimento Contentores -TEU	63.219	53.727	55.242	51.164
Movimento Contentores -ton	547.850	483.978	473.383	434.309
Total de Carga Movimentada	2.078.703	1.963.094	1.904.108	1.835.325
PESSOAL				
Trabalhadores do Quadro	417	417	417	422
Corpo de Estiva	509	503	535	525
FINANÇAS				
Volume de Negócios ^(prestação serviços + suplementares)	2.892.683	2.783.136	2.259.329	2.113.755
Resultados Operacionais	303.604	196.996	269.299	135.701
Resultados Líquidos	187.842	28.303	25.295	17.976
Autonomia Financeira	0,42	0,38	0,37	0,35
Rentabilidade Operacionais da Vendas	10,3%	7,9%	11,4%	6,2%
Rentabilidade Capitais Próprios	6,9%	1,1%	1,0%	0,7%
Total do Capital Próprio	2.724.813	2.536.971	2.508.668	2.483.373
Capital Realizado	1.200.000	1.200.000	1.200.000	1.200.000
Total do Ativo	6.545.529	6.646.105	6.859.383	7.007.937
Fundo Maneio	1.055.942	890.577	677.834	409.826
Necessidades em Fundo de Maneio	438.282	525.885	462.758	401.016
EBITDA	780.965	722.278	823.238	709.994



Contentores

2- GOVERNO DA SOCIEDADE

1.1. Legislação Vigente

Em termos de enquadramento legal e económico da empresa, a ENAPOR, S.A. está estritamente vinculada a diplomas legais que regem a sua actividade, nomeadamente:

- **Estatuto jurídico da empresa:** a ENAPOR é uma sociedade anónima de capitais públicos, detidos direta e exclusivamente pelo Estado de Cabo Verde e criada pelo Decreto-Lei nº4/2001, de 4 de Junho, que aprovou os respetivos Estatutos, atualizados e publicados no BO nº37, III.ª Série, de 2 Outubro de 2009 devido ao aumento do capital social de 750.000.000\$00 para 1.200.000.000\$00. A sociedade tem por objecto a administração dos portos de Cabo Verde, visa a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício de algumas competências e prerrogativas de direito público, descritas na Lei dos Portos de Cabo Verde, no Regulamento dos Portos de Cabo Verde e nas Bases Gerais da Concessão Geral dos portos de Cabo Verde estabelecidas no Decreto-Lei n.º 31/2015, de 18 de Maio. A ENAPOR está sujeita à legislação aplicável às sociedades comerciais em geral de harmonia com o disposto no Decreto-Legislativo nº3/99, de 29 Março 1999, que aprovou o Código da Empresas Comerciais e ainda pela sua natureza de empresa de capitais públicos, está igualmente sujeita ao regime jurídico aplicável ao Sector Empresarial do Estado, nos termos previstos na Lei n.º 104/VIII/2016, de 6 de Janeiro, in B.O. n.º 1, I.ª Série.

- **Regime económico de exploração:** a exploração comercial da movimentação de cargas nos cais e terminais de Cabo Verde realiza-se ao abrigo das regras consagradas nos diplomas legais que regem a actividade de movimentação de cargas nos portos, ou seja: o Decreto-Legislativo nº 10/2010 de 1 de Novembro que aprova o regime jurídico dos Portos de Cabo Verde, alterado pelo Decreto-Legislativo nº1/2013 de 12 Setembro, o Decreto-Regulamentar nº 15/2010, de 20 Dezembro que aprova o Regulamento dos Portos de Cabo Verde, a Portaria 80/84, de 22/12 que aprova o Regulamento de pessoal de tráfego e estiva nos Portos de Cabo Verde, o Decreto-Lei nº31/2015 de 18 Maio que aprova as Bases da Concessão dos Porto de Cabo Verde e o Decreto-Legislativo nº 14/2010 de 15 de Novembro que aprovou o Código Marítimo de Cabo Verde, bem como o Caderno de Tarifas em vigor na ENAPOR, aprovado através da Deliberação n.º 012/CA/2013 do Instituto Marítimo Portuário, publicado no Boletim Oficial N.º7, de 1 de Fevereiro de 2013, II.ª Série.

1.2. Modelo de Governo e Membros dos Órgãos Sociais

O modelo de governo societário em vigor na ENAPOR compreende uma estrutura de administração, constituída pelo Conselho de Administração com

poderes delegados pelos estatutos e Lei das Bases do Estatuto das Empresas Públicas do Estado, para realizar a gestão corrente da empresa, uma estrutura de fiscalização reforçada, que integra o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

Mesa da Assembleia Geral

**Antecedente Cessou Funções à
09/11/2016**

Actual iniciou Funções à 9/11/2016

Presidente – Eng. Leonildo Cerilo Monteiro

Presidente – Dr.^a Maria Fernanda Vieira

Secretário – Dr. Carlos Alberto Alves Delgado

Secretário – Dr. António P. Rodrigues

Conselho de Administração

**Antecedente Cessou Funções à
09/11/2016**

Actual iniciou Funções à 09/11/2016

Presidente – Dr. Carlitos Fortes

Presidente – Dr. Jorge Pimenta Maurício

Administrador – Dr. Osvaldo Lima Lopes

Administrador – Eng. Alcídio Lopes

Administrador – Eng. Luis Nataniel Silva

Administrador – Dr.^a Eugénia Maria Soares

Conselho Fiscal

Presidente – Dr. Carlos Alberto Furtado

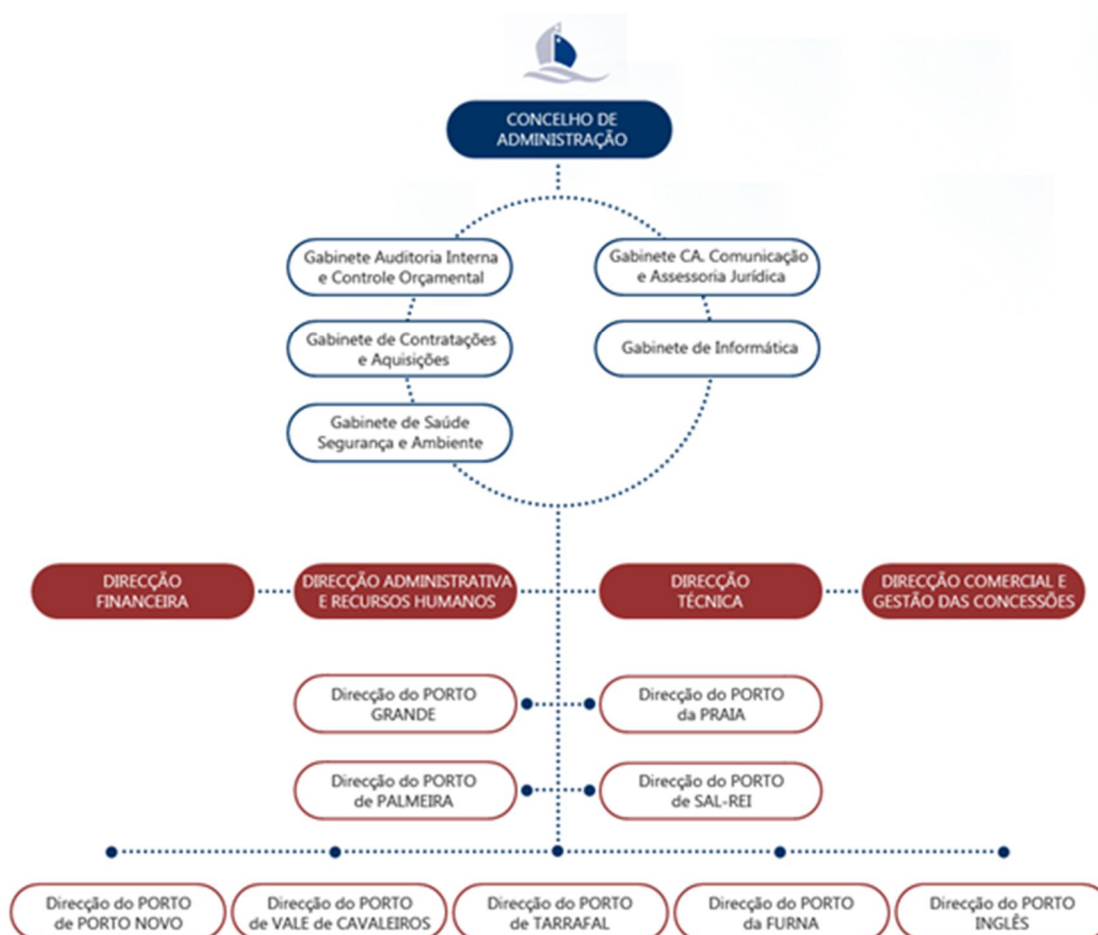
Vogal – Dr. Sátiro Tavares Sanches

Vogal – Dr. Cesário João Gomes Lopes

Nota: As contas são auditadas por um **Revisor Oficial de Contas** selecionado por concurso público, sendo o actual a BDO & Associados, SROC, Lda., Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., representada pelo Dr. Antonio Pina da Fonseca.

1.3. Organização Interna e Estrutura Orgânica da Empresa

A estrutura orgânica da empresa no decorrer do exercício de 2016 é a que se apresenta:





Porto de Palmeira

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

3. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A atividade económica mundial manteve-se moderada, registando-se um crescimento de 3,1% em 2016, segundo o Fundo Monetário Internacional. Este estancamento económico poderá levar a introdução de medidas protecionistas ao nível do comércio por parte dos países. O crescimento nos mercados emergentes e em desenvolvimento, se acelerou pela primeira vez em seis anos (4,2%), enquanto se continuou a registar uma modesta recuperação nas economias avançadas (1,6%). A nível interno, de acordo com o Relatório de Política Monetária do BCV (Banco de Cabo Verde) há um recobro da economia, com um crescimento real mais acelerado do Produto Interno bruto na ordem dos 3,9%.

No tráfego portuário, o movimento global de mercadorias, incluindo combustíveis movimentados em *pipelines* e *sealines*, atingiu no ano em análise 2.078.703 toneladas, registando-se um crescimento de 5,9% face a 2015, o que traduz um aumento em termos absolutos de 115.609 toneladas. Nos Portos da Praia e Mindelo movimentaram-se +6,6% e -3,5%, respetivamente. Assim, em 2016, o tráfego de mercadorias de Longo curso registou um crescimento de 5.5 %, enquanto o tráfego de mercadorias de cabotagem aumentou 6.4%.

Analisando o movimento de mercadorias de longo curso, por modo de acondicionamento da carga, constata-se que houve um crescimento de tráfego em praticamente todos os grupos,.

No concernente, aos recursos humanos, o clima laboral manteve-se estável.

O desempenho económico e financeiro da ENAPOR manteve-se elevado com um EBITDA de cerca de 780.965 contos e um Resultado Líquido de 187.842 contos.



Porto Grande

4. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

O enquadramento estratégico da ENAPOR, para o triénio 2015-2018, é dado pelo contrato de gestão assinado entre o Governo e o Conselho de Administração eleito pela Assembleia Geral, realizada no dia 8 de Maio de 2015, o qual consagra os objetivos estratégicos que seguem, estribados na necessidade de realizar a nova missão da empresa e de dinamização da economia marítima:

1. **Valorizar a localização estratégica e dinamizar o Cluster do Mar**, de onde resulta objetivos claros de crescimento de um conjunto de tráfegos, a saber: *bunkering*, pesca, transbordo e reparação naval;
2. **Adequar a organização e as estruturas portuárias aos desafios do desenvolvimento**, com indicadores ligados ao plano de investimentos e de desenvolvimento organizacional, visando consagrar a nova missão da empresa, enquanto concessionária dos ativos económicos nas bacias portuárias;
3. **Melhorar a rentabilidade do negócio e a estrutura financeira da empresa**, baseado fundamentalmente em indicadores de rentabilidade, mas também de funcionamento.

Na base do novo enquadramento estratégico da empresa, o Conselho de Administração viu-se obrigado a redefinir o pensamento estratégico, encontrando este sintetizado na Carta de Missão, Visão e Valores, num exercício que contou com o envolvimento amplo de trabalhadores e chefias da empresa, tendo ficado assim definido:

Missão

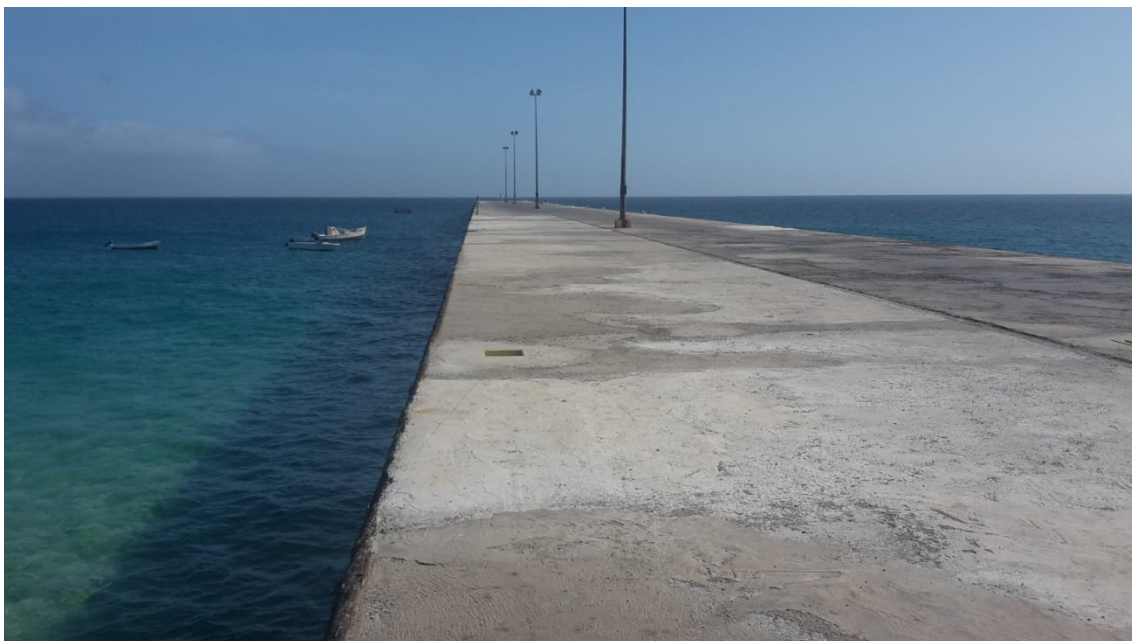
Garantir a prestação de serviços eficientes e de qualidade aos clientes dos Portos de Cabo Verde, assegurada por profissionais qualificados e motivados, na base de infraestruturas e equipamentos adequados, com segurança e em respeito ao ambiente e aos requisitos técnicos mínimos estabelecidos, potenciando a unificação do mercado interno e a sua integração competitiva na economia mundial e contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável do País.

Visão

Fazer dos portos nacionais o elo privilegiado de unificação do mercado interno, a âncora da economia marítima nacional e um centro de prestação de serviços marítimo-portuários no atlântico médio, referenciado internacionalmente, contribuindo ativamente para a inserção competitiva de Cabo Verde na economia global.

Valores

- **Ambiente** (a integração e sustentabilidade ambiental nas operações, é um valor da dignidade corporativa).
- **Cliente** (ter o cliente como o valor primeiro da nossa razão ser)
- **Inovação** (procurar a inovação sempre, com vista a uma maior competitividade).
- **Responsabilidade Social** (além do desenvolvimento das nossas atividades económicas, que devem desenvolver-se de forma socialmente equilibrada e em benefício dos cidadãos em geral, reservar uma atenção especial ao bem público, e ao bem estar e segurança dos nossos colaboradores e trabalhadores contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país pela via da intervenção comunitária, promovendo ações de sensibilização da consciência ambiental e cívica).
- **Rigor** (incrementar o nível individual de aperfeiçoamento em todas as execuções e exercícios das atividades portuárias)
- **Segurança** (é um imperativo do sector marítimo e portuário)
- **Transparência** (nos procedimentos com os nossos *stakeholder/* partes interessadas)



Porto Inglês

5. 2016: PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS

Com o término das funções do anterior Conselho de Administração, foi nomeado um novo Presidente e Administradores Executivos a 9 de Novembro.

O ano de 2016 foi marcadamente um ano de continuidade na reorganização interna, com uma assunção clara da gestão corporativa da empresa reduzindo de certa forma a importância da gestão individual e departamentalizada dos portos. Dimensões corporativas foram realçadas, casos da gestão financeira, das aquisições e contratações e dos recursos humanos. Foi assim aberta a possibilidade da implementação da gestão por objetivos na empresa.

Ao nível de sistemas de gestão a JUP e o *Exact*, como principais sistemas do negócio da ENAPOR, continuaram a merecer maior atenção na perspetiva de sua consolidação, apoio à exploração e implementação de melhorias e otimização sobretudo nos módulos de mercadorias e estiva.

O Processo de subconcessão das operações dos portos, com a entrada do novo Governo, continua sendo analisado.

Relativamente ao movimento de navios, em 2016, em termos globais constata-se uma evolução de tonelagem de arqueação bruta (+16,2%) e uma redução no número navios (-2%), motivada pela diminuição na cabotagem. O movimento de navios de longo curso teve um aumento de 10,5% (navios) e 29,2% (tonelagem de arqueação bruta).

Embora tenha havido uma redução no tráfego global de navios (-2%) no ano de 2016, registou-se um novo máximo na arqueação dos navios, passando o navio médio de longo curso 8.740 TAB contra as 7.476 TAB, do ano transato.

O movimento de mercadorias no conjunto de portos de Cabo Verde manteve a tendência de crescimento iniciada no ano de 2014. O movimento global de mercadorias, incluindo combustíveis movimentados em *pipelines* e *sealines*, atingiu no ano em análise 2.078.703 toneladas, registando-se um crescimento de 5,9% face a 2015, o que traduz um aumento em termos absolutos de 115.609 toneladas.

Relativamente a contentores, movimentaram-se nos portos de Cabo Verde 63.219 TEU, mais 9.492 que no ano anterior. O Aumento foi de 17,7%. Em toneladas movimentadas nos contentores, o registou-se um acréscimo de 63.881 (+13,2%) em comparação com 2015, atingindo um total de 547.859 toneladas.

Comparado com o ano anterior, em 2016, no tráfego de Cruzeiros registou-se um aumento (+24,5%) em relação aos navios e (+12,96%) relativamente a passageiros.

De registar o impacto positivo que a Plataforma de Frio do Porto Grande continua a ter no segmento de negócio de transbordo de pescado, pois regista-se um aumento substancial nos contentores no transbordo de pescado (+22%) e sobretudo, um aumento na descarga do pescado em salmoura e pescado congelado (+93%) em relação ao ano anterior. Relativamente ao nº de navios regista-se uma ligeira diminuição (-3%). A aposta da ENAPOR neste tráfego tem vindo a ter resultados muito positivos para o negócio, atividade que tem vindo a gerar tráfego e emprego para o Porto Grande.



Porto Novo

6. ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO

O enquadramento externo da economia cabo-verdiana foi marcado, em 2016, por um abrandamento do ritmo de crescimento económico dos principais parceiros económicos do país, pela contínua recuperação dos seus mercados de trabalho e por baixa inflação.

Em 2016, a atividade económica mundial manteve-se moderada. O crescimento nos mercados emergentes e em desenvolvimento aumentou, enquanto se continuou a registar uma modesta recuperação nas economias avançadas. Neste ano, na evolução da economia mundial foi influenciada por três vetores-chaves:

- Alguma desaceleração económica, influenciada pelos EUA e pela saída da Grã-Bretanha da União Europeia
- Na zona Euro há uma expansão de 1,7%
- Na China, verificou-se um abrandamento na atividade económica, situando-se em 6,6%, face a 6,9% em 2015.
- Nas economias asiáticas, especialmente na Índia, o crescimento mantém-se sólido, em torno de 7,6%.
- Na África subsariana o crescimento mantém-se, nos principais países, em torno de 5%, embora a Nigéria e a África do sul não tenham acompanhado esse crescimento.
- Na América latina há uma desaceleração devido a recessão de vários países.

Últimas proyecciones de crecimiento

Se proyecta que en 2016 el crecimiento se mantenga en un nivel moderado, con un repunte a partir de 2017, impulsado principalmente por los mercados emergentes (Variación porcentual)

	Proyecciones			Diferencia con las proyecciones del informe WEO de abril de 2016 1/	
	2015	2016	2017	2016	2017
Producto mundial	3.2	3.1	3.4	-0.1	-0.1
Economías avanzadas	2.1	1.6	1.8	-0.3	-0.2
Estados Unidos	2.6	1.6	2.2	-0.8	-0.3
Zona del euro	2.0	1.7	1.5	0.2	-0.1
Alemania	1.5	1.7	1.4	0.2	-0.2
Francia	1.3	1.3	1.3	0.2	0.0
Italia	0.8	0.8	0.9	-0.2	-0.2
España	3.2	3.1	2.2	0.5	-0.1
Japón	0.5	0.5	0.6	0.0	0.7
Reino Unido	2.2	1.8	1.1	-0.1	-1.1
Canadá	1.1	1.2	1.9	-0.3	0.0
Otras economías avanzadas 2/	2.0	2.0	2.3	-0.1	-0.1
Economías de mercados emergentes y en desarrollo	4.0	4.2	4.6	0.1	0.0
Comunidad de Estados Independientes	-2.8	-0.3	1.4	0.8	0.1
Rusia	-3.7	-0.8	1.1	1.0	0.3
Excluido Rusia	-0.5	0.9	2.3	0.0	0.0
Economías emergentes y en desarrollo de Asia	6.6	6.5	6.3	0.1	0.0
China	6.9	6.6	6.2	0.1	0.0
India 3/	7.6	7.6	7.6	0.1	0.1
ASEAN-5 4/	4.8	4.8	5.1	0.0	0.0
Economías emergentes y en desarrollo de Europa	3.6	3.3	3.1	-0.2	-0.2
América Latina y el Caribe	0.0	-0.6	1.6	-0.1	0.1
Brasil	-3.8	-3.3	0.5	0.5	0.5
México	2.5	2.1	2.3	-0.3	-0.3
Oriente Medio, Norte de África, Afganistán y Pakistán	2.3	3.4	3.4	0.3	-0.1
Arabia Saudita	3.5	1.2	2.0	0.0	0.1
África subsahariana	3.4	1.4	2.9	-1.6	-1.1
Nigeria	2.7	-1.7	0.6	-4.0	-2.9
Sudáfrica	1.3	0.1	0.8	-0.5	-0.4
Países en desarrollo de bajo ingreso	4.6	3.7	4.9	-1.0	-0.6

Fuente: FMI, *Perspectivas de la economía mundial* (informe WEO), octubre de 2016.

Nota: Se parte del supuesto de que los tipos de cambio efectivos reales se mantienen constantes a los niveles vigentes entre el 22 de julio y el 19 de agosto de 2016.

Las economías se enumeran en base a su tamaño.

1/ La diferencia basada en el redondeo de las cifras se refiere a los pronósticos actuales y a los del informe WEO de abril de 2016.

2/ Excluye el G-7 (Alemania, Canadá, Estados Unidos, Francia, Italia, Japón, el Reino Unido) y los países de la zona del euro.

3/ En el caso de India, los datos y pronósticos están basados en el ejercicio fiscal, y el PIB de 2011 en adelante se basa en el PIB a precios de mercado utilizando como año base el ejercicio 2011/12.

4/ Filipinas, Indonesia, Malasia, Tailandia, Vietnam.

Da figura acima, no ano de 2016, de acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a economia global terá crescido 3,1%, sendo que nos países em desenvolvimento e emergentes o crescimento foi 4,2%, o que contrasta com os 1,6% dos países desenvolvidos.

Pese embora o menor crescimento económico dos parceiros, o contexto externo, globalmente, favoreceu o crescimento da procura turística e dos influxos de investimento direto estrangeiro, determinou a contenção da fatura das importações e beneficiou o poder de compra das famílias, numa conjuntura de estabilização das remessas dos emigrantes.

A nível interno, a economia nacional registou o crescimento real mais acelerado desde 2011, +(3,9%), sustentado principalmente nas dinâmicas da

administração pública, impostos líquidos de subsídios, agricultura e indústrias transformadoras, na ótica da oferta

Do lado da procura, o comportamento dos indicadores de tendência acompanhados pelo Banco de Cabo Verde sugere que o melhor desempenho da economia nacional traduziu a boa performance da formação bruta de capital fixo (privada) e do consumo (privado e público), num contexto de aumento do financiamento ao sector privado (com recursos internos e externos), de recuperação da confiança dos agentes económicos e de deflação dos preços no consumidor.

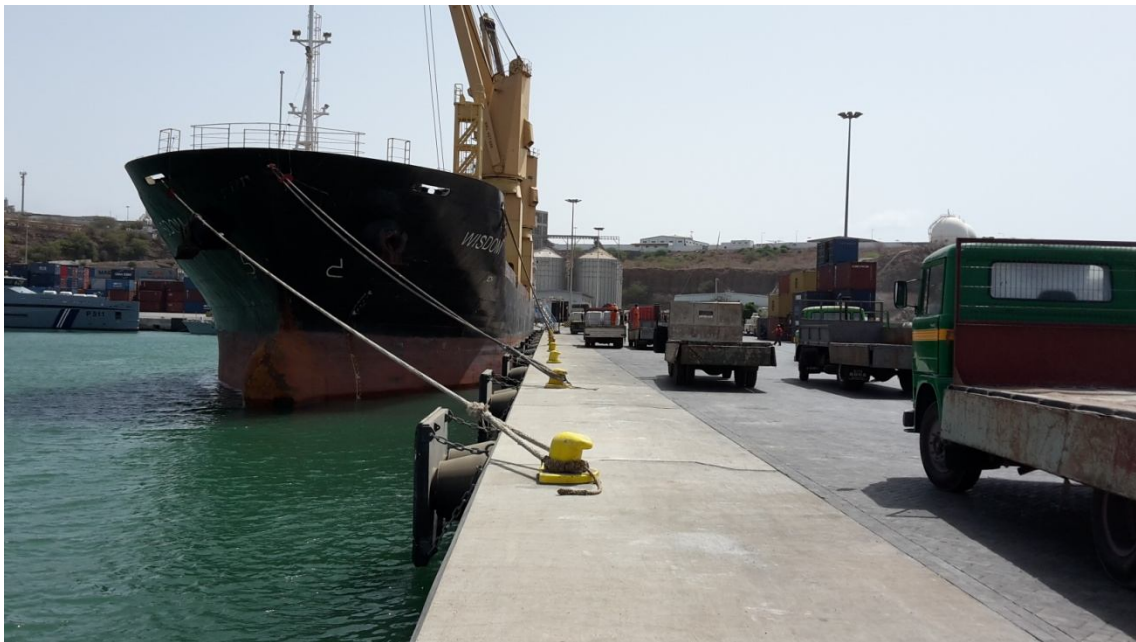
A evolução dos preços no consumidor, em particular, reflete os efeitos no cabaz de consumo nacional da tendência da inflação importada, bem como o aumento da produção local de frescos e o retorno, após a extinção da medida fiscal temporária de apoio às vítimas da erupção vulcânica, da taxa do imposto sobre o valor acrescentado para 15 por cento.

Não obstante o crescimento estimado da procura agregada e, por conseguinte, das importações de bens e serviços, a balança corrente registou uma melhoria em 2016, explicada no essencial pelo crescimento das exportações de serviços e das transferências privadas. Paralelamente, a desmobilização de aplicações em instituições financeiras no exterior, por parte quer das sociedades financeiras quer das sociedades não financeiras, traduziu-se no aumento do excedente da balança financeira e na acumulação de reservas internacionais líquidas para o valor histórico de 541 milhões de euros.

As expectativas de execução de empreendimentos turísticos financiados com investimento externo, aliadas às perspectivas de algum recobro dos investimentos públicos, de contínuo aumento da procura turística e de aumento dos preços no consumidor, sustentam a manutenção das projeções de crescimento económico para 2017 entre três e quatro por cento.

Complementarmente, o Banco de Cabo Verde, nos limites conferidos pela sua Lei Orgânica, continuará a atuar no fortalecimento da saúde do sector financeiro, condição necessária para a preservação da estabilidade macrofinanceira e da confiança na economia, bem como para o aumento da sua resiliência

Numa conjuntura de revitalização do crédito e da economia, mas de incertezas sobre a sua evolução no curto prazo, a política monetária deverá manter o cariz acomodaticio, que a caracteriza há quatro anos, na ausência de pressões significativas na balança de pagamentos e nos preços no consumidor.



Porto da Praia

7. ATIVIDADE PORTUÁRIA

7.1 Movimento de Mercadorias

O movimento de mercadorias no conjunto de portos de Cabo Verde manteve a tendência de crescimento iniciada no ano de 2014.

Quad. 7.1 - Movimento de Mercadorias nos Portos Nacionais

MOVIMENTO DE MERCADORIAS	2016	2015	2014	Var 16/14	Variação 16/15	
				%	Numero	%
Porto Grande	743.184	770.504	744.605	-0,2%	-27.320	-3,5%
Porto Praia	716.240	671.767	643.220	11,4%	44.473	6,6%
Porto Palmeira	296.484	231.703	215.068	37,9%	64.781	28,0%
Porto Sal-Rei	96.358	63.194	78.062	23,4%	33.164	52,5%
Porto Novo	122.222	117.429	112.326	8,8%	4.793	4,1%
Porto Vale Cavaleiros	60.997	58.892	63.089	-3,3%	2.104	3,6%
Porto Tarrafal	21.065	26.441	27.506	-23,4%	-5.376	20,3%
Porto Inglês	9.897	9.732	8.439	17,3%	166	1,7%
Porto Furna	12.258	13.434	11.793	3,9%	-1.176	-8,8%
Total Geral	2.078.703	1.963.094	1.904.108	9,2%	115.604	5,9%

O Porto Sal-Rei, o Porto da Praia e o Porto de Palmeira foram os que mais contribuíram para o aumento da carga nos portos de Cabo Verde.

O Porto de Tarrafal terminou o ano 2016 com uma evolução bastante desfavorável, acusando uma redução de 20,3% face ao período homólogo do ano anterior.

O movimento global de mercadorias, incluindo combustíveis movimentados em *pipelines* e *sealines*, atingiu no ano em análise 2.078.703 toneladas, registando-se um crescimento de 5,9% face a 2015, o que traduz um aumento em termos absolutos de 115.609 toneladas.

Quad. 7.2 - Movimento de Mercadorias por Tipo de Tráfego

Movimento de Mercadorias por Tipo de Tráfego	2016	2015	VH	
			ton	%
Longo Curso	1.210.263	1.147.383	62.880	5,5%
Cabotagem	868.440	815.716	52.724	6,4%
Total	2.078.703	1.963.099	115.604	5,9%

O peso do tráfego de longo curso no movimento total dos portos registou ligeiro decréscimo de 0,2 p.p., fixando-se em 58.2%.

Tanto o tráfego de longo curso como o de cabotagem apresentaram uma evolução positiva (5.9%), sendo que o crescimento havido foi maior no caso da cabotagem. Assim, em 2016, o tráfego de mercadorias de Longo curso registou um crescimento de 5.5 %, enquanto o tráfego de mercadorias de cabotagem aumentou 6.4%.

6.2 Movimento de Tráfego de Longo Curso

Em 2016, os portos nacionais, no seu conjunto, movimentaram 1.210.263 toneladas de mercadorias provenientes de portos estrangeiros, o que representa um acréscimo em termos absolutos de 62.880 toneladas em relação ao ano anterior.

Quad.7.3 - Movimento de Mercadorias de Longo Curso segundo o grupo

MOVIMENTO DE MERCADORIAS LONGO CURSO	2016	2015	2014	Var 16/14	Variação 16/15	
				%	Numero	%
Longo Curso						
Carga Geral	187.282	142.569	130.193	43,9%	44.714	31,4%
Contentorizada	368.433	401.637	378.240	-2,6%	-33.205	-8,3%
Combustível	322.044	302.897	289.864	11,1%	19.147	6,3%
Granel Solido	154.133	144.785	151.211	1,9%	9.348	6,5%
Sacaria	177.587	145.948	137.013	29,6%	31.639	21,7%
						-
Carga em trânsito	784	9.200	8.271	-90,5%	-8.416	91,5%
Total Geral	1.210.263	1.147.036	1.094.791	10,5%	63.227	5,5%

Analisando o movimento de mercadorias por modo de acondicionamento da carga, constata-se que houve um crescimento de tráfego em praticamente todos os grupos, com destaque para a carga geral e sacaria, e uma redução da carga contentorizada e carga em trânsito.

A Carga Contentorizada diminuiu o seu peso relativo (4,6 p.p.), passando a representar 30.4% da carga total, mas mantendo-se como a carga mais relevante nos portos nacionais.

A carga em trânsito, embora tenha um peso relativo baixo, registou uma acentuada redução (91.5%), face ao mesmo período homólogo.

Já a carga geral teve um peso de 15,5% (+3,0 p.p.) e os graneis sólidos de 12,6% (+0,1 p.p.).

O segmento de Sacaria aumentou o seu peso relativo, fixando-se em 14.7% (+2,0 p.p.).

7.4 Movimento de Tráfego Mercadorias de Longo Curso Nos Portos

Quad. 7.4 - Tráfego Longo Curso nos Portos Nacionais

MOVIMENTO DE MERCADORIAS DE LONGO CURSO POR PORTOS	2016	2015	2014	Var 16/14	Variação 16/15	
				%	Numero	%
Porto Grande	472.000	482.324	441.659,0	6,9%	-10.324	-2,1%
Porto Praia	481.930	460.057	439.196,0	9,7%	21.873	4,8%
Porto Palmeira	175.678	136.638	131.087,0	34,0%	39.040	28,6%
Porto Sal-Rei	46.007	22.521	35.092,0	31,1%	23.486	104,3%
Porto Novo	12.920	19.287	15.328,0	-15,7%	-6.367	-33,0%
Porto Vale Cavaleiros	15.864	14.633	18.880,0	-16,0%	1.231	8,4%
Porto Tarrafal	4.348	9.814	11.944,0	-63,6%	-5.466	-55,7%
Porto Inglês	1.004	1.000	800,0	25,5%	5	0,5%
Porto Furna	514	765	805,0	-36,1%	-251	-32,8%
Total Geral	1.210.263	1.147.036	1.094.791	10,5%	63.227	5,5%

Em 2016, analisando a movimentação do Tráfego de Longo Curso nos portos de Cabo Verde, verifica-se que houve uma evolução de forma diferente nos dois principais portos. Enquanto o Porto da Praia cresceu 4,8 %, o Porto

Grande registou um decréscimo de 2,1%. Estes dois portos continuam a representar 78,7% do destino do tráfego.

O Porto de Sal-Rei foi o porto que mais cresceu em termos relativos (+104,3%), enquanto os Portos de Tarrafal, Porto Novo e Furna, foram os que mais decresceram em termos relativos, representando -55,7%, -33% e -32,7%, respetivamente.

7.5 Movimento de Tráfego Mercadorias de Cabotagem Nos Portos

No conjunto dos portos nacionais movimentaram-se 868.440 toneladas de mercadorias de cabotagem. Trata-se de um volume de carga superior ao do ano anterior. Assim, face a 2015, movimentaram-se mais 52.382 toneladas, significando um crescimento de 6.4%.

Quad. 7.5 - Movimento de Mercadorias de Cabotagem

MOVIMENTO DE MERCADORIAS	2016	2015	2014	Var 16/14	Variação 16/15	
				%	Numero	%
Cabotagem	868.440	816.058	809.317	7,3%	52.382	6,4%
Carga	298.559	267.313	268.841	11,1%	31.246	11,7%
Descarga	294.566	267.068	269.628	9,2%	27.498	10,3%
Granel Liquido	275.315	281.676	270.848	1,6%	-6.362	-2,3%

O Porto Grande manteve a sua posição de liderança neste segmento de tráfego, mas registou uma quebra, movimentando menos 16.996 toneladas.

O quadro da distribuição do movimento de mercadorias de cabotagem por porto é apresentado abaixo:

Quad. 7.6 - Movimento de Mercadorias de Cabotagem nos Portos Nacionais

MOVIMENTO DE MERCADORIAS DE CABOTAGEM POR PORTOS	2016	2015	2014	Var 16/14	Variação 16/15	
				%	Número	%
Porto Grande	271.184	288.180	302.946,0	-10,5%	-16.996	-5,9%
Porto Praia	234.310	211.710	204.024,0	14,8%	22.600	10,7%
Porto Palmeira	120.806	95.065	83.981,0	43,8%	25.741	27,1%
Porto Sal-Rei	50.351	40.673	42.970,0	17,2%	9.678	23,8%
Porto Novo	109.303	98.143	96.998,0	12,7%	11.160	11,4%
Porto Vale						
Cavaleiros	45.133	44.259	44.209,0	2,1%	873	2,0%
Porto Tarrafal	16.717	16.627	15.562,0	7,4%	90	0,5%
Porto Inglês	8.893	8.732	7.639,0	16,4%	161	1,8%
Porto Furna	11.744	12.669	10.988,0	6,9%	-925	-7,3%
Total Geral	868.440	816.058	809.317	7,3%	52.382	6,4%

Somente dois portos, o Porto Grande e o Porto de Furna, apresentaram evoluções desfavoráveis face ao ano anterior, 5,9% e 7,3%, respetivamente.

O Porto da Praia depois da diminuição registada no ano 2014 conseguiu recuperar parte do tráfego de mercadorias de cabotagem. Assim, no ano em análise, neste porto registou-se um movimento de 234.310 toneladas, traduzindo um crescimento de 10,7%.

Os portos de Palmeira, Sal-Rei e Porto Novo apresentaram os crescimentos mais significativos em termos relativos, com acréscimos de 27,1%, 23,8% e 11,4%, respetivamente.

7.7 - Movimento de Contentores

Em 2016, movimentaram-se nos portos de Cabo Verde 63.219 TEU, mais 9.492 que no ano anterior. O Aumento foi de 17.7%. Em toneladas movimentadas nos contentores, registou-se um acréscimo de 63.881 (+13,2%) em comparação com 2015, atingindo um total de 547.859 toneladas.

O quadro seguinte permite analisar a evolução anual dos contentores movimentados.

Quad. 7.7 - Contentores movimentados

Contentores	2016		2015		Variação 16/15			
	TEUS	TON.	TEUS	TON.	TEUS	%	TON	%
CARREGADOS	30.981	117.752	25.981	85.560	5.000	19,2%	32.192	37,6%
Descarregados	31.759	430.029	27.186	398.329	4.573	16,8%	31.699	8,0%
TRANSBORDO	190	0	182	8	8	4,4%	-8	100,0%
BALDEAÇÃO	289	78	378	80	-89	23,5%	-2	-2,5%
TOTAL	63.219	547.859	53.727	483.978	9.492	17,7%	63.881	13,2%

Como mostra o quadro, abaixo apresentado, a evolução do tráfego de contentores (em TEU) por porto não foi idêntico.

Quad. 7.8 - Movimento de Contentores nos Portos Nacionais

Contentores	2016		2015		Variação 16/15			
	TEUS	TON.	TEUS	TON.	TEUS	%	TON	%
CARREGADOS	30.981	117.752	25.981	85.560	5.000	19,2%	32.192	37,6%
<i>Porto Grande</i>	8.248	26.406	7.781	27.031	467	6,0%	-625	-2,3%
<i>Porto da Praia</i>	16.441	68.606	14.404	46.766	2.037	14,1%	21.840	46,7%
<i>Porto da Palmeira</i>	3.843	14.721	2.102	6.344	1.741	82,8%	8.377	132,0%
<i>Porto de Sal-Rei</i>	1.883	5.997	1.230	4.240	653	53,1%	1.757	41,4%
<i>Dir. Portuárias</i>	566	2.022	464	1.179	102	22,0%	843	71,5%
DESCARREGADOS	31.759	430.029	27.186	398.329	4.573	16,8%	31.699	8,0%
<i>Porto Grande</i>	8.327	104.712	8.356	119.245	-29	-0,3%	-14.533	-12,2%
<i>Porto da Praia</i>	16.695	241.551	14.890	230.437	1.805	12,1%	11.114	4,8%
<i>Porto da Palmeira</i>	4.258	50.545	2.361	27.294	1.897	80,3%	23.251	85,2%
<i>Porto de Sal-Rei</i>	1.938	26.402	1.105	16.099	833	75,4%	10.302	64,0%
<i>Dir. Portuárias</i>	541	6.819	474	5.254	67	14,1%	1.565	29,8%
TRANSBORDO	190	0	182	8	8	4,4%	-8	-100,0%
<i>Porto Grande</i>	0	0	22	0	-22	-100,0%	0	--
<i>Porto da Praia</i>	0	0	4	8	-4	-100,0%	-8	-100,0%
<i>Porto da Palmeira</i>	0	0	0	0	0	--	0	--
<i>Porto de Sal-Rei</i>	190	0	156	0	34	21,8%	0	--
<i>Dir. Portuárias</i>	0	0	0	0	0	--	0	--
BALDEAÇÃO	289	78	378	80	-89	-23,5%	-2	-2,5%
<i>Porto Grande</i>	285	0	352	0	-67	-19,0%	0	--
<i>Porto da Praia</i>	4	78	26	80	-22	-84,6%	-2	-2,5%
TOTAL	63.219	547.859	53.727	483.978	9.492	17,7%	63.881	13,2%

Constata-se uma evolução negativa nos portos Porto Grande, Porto Vale de Cavaleiros e Porto Tarrafal com decréscimos de 12,2%, 40,5% e 100 %, respetivamente.

Sublinha-se o comportamento do tráfego de contentores no Porto da Praia, que mantém sólida a sua posição de líder, com 54,7% do total, aumentando o seu peso relativo (+2,9 p.p.).

7.9 Movimento de Navios

Relativamente ao movimento de navios, em 2016, em termos globais constata-se uma evolução de tonelagem de arqueação bruta (+16,2%) e uma redução no número de Navios (-2%), motivado pela diminuição na cabotagem. O movimento de navios de longo curso teve um aumento de 10,5% (navios) e 29,2% (tonelagem de arqueação bruta).

Quad. 7.9 - Movimento de Navios

	2016	2015	VH	
			ton	%
Longo Curso				
nº de navios	810	733	77	10,5%
GT	7.080.021	5.480.524	1.599.497	29,2%
Cabotagem				
nº de navios	5.704	5.913	-209	-3,5%
GT	5.444.305	5.296.863	147.442	2,8%
Total nº de navios	6.514	6.646	-132	-2,0%
Total GT	12.524.326	10.777.387	1.746.939	16,2%

7.10 - Movimento de Navios Cruzeiros

No movimento de navios cruzeiros, o ano de 2016 fica marcado pelo aumento navios e passageiros, face ao ano anterior, mantendo assim a tendência de crescimento dos últimos anos.

Quad. 7.10 - Movimento de Navios Cruzeiros

Porto	2016		2015		VAR. % 16/15	
	Navios	Passageiros	Navios	Passageiros	Navios	Passageiros
Porto Grande	56	48.627	45	35.684	24,44%	36,27%
Porto da Praia	37	22.846	35	25.892	5,71%	-11,76%
Porto Novo	6	881	11	2.339	-45,45%	-62,33%
Porto Palmeira	6	634	0	0	0,00%	0,00%

Porto Vale de Cavaleiros	7	1.429	19	1.019	- 63,16 %	40,24%
Porto Sal-Rei	6	2.026	0	0	0,00%	0,00%
Porto Inglês	4	423	7	514	- 42,86 %	-17,70%
Porto Tarrafal	5	557	0	0		
Porto Furna	0	0	8	200	0,00%	0,00%
	127	77.423	102	68.539	24,51 %	12,96%

Em termos globais, em 2016, escalaram os portos nacionais 127 navios de cruzeiros, totalizando 77.423 passageiros, o que corresponde a um aumento de (+24,5%) e (+12,96%), respetivamente.

O Porto Grande, em termos relativos, continua sendo o porto de maior destino de navios cruzeiros e passageiros, representado 44,1% e 62,8%, respetivamente.

7.11 Movimento de Passageiros

Quad. 7.11 - Movimento passageiros de Navios Cruzeiros

MOVIMENTO DE PASSAGEIROS	2016	2015	2014	Var 16/14	Variação 16/15	
				%	Numero	%
Desembarcados	408.768	377.866	400.426	2,1%	30.902	8,2%
Embarcados	404.919	379.049	398.392	1,6%	25.870	6,8%
Trânsito	89.440	77.684	80.602	11,0%	11.756	15,1%
TOTAL	903.127	834.599	879.420	2,7%	68.528	8,2%

No movimento de passageiros, o ano de 2016 ficou marcado pelo regresso ao crescimento, relativamente a 2015, mantendo-se a tendência dos últimos anos.

O movimento total de passageiros foi de 903.127, o que traduz um aumento de 8.2% face ao ano anterior.

Na análise do tráfego de passageiros por portos, destaca-se uma quebra de % no porto Vale de Cavaleiros e um crescimento de % no Porto Inglês.

Todos os restantes portos, com exceção do Porto da Praia e o Porto de Tarrafal apresentaram decréscimos em relação ao ano 2014.

7.12 Movimento de Navios Pesqueiros Internacionais

O tráfego de pescado ganhou relevância e consolidação no Porto Grande em 2016.

Registou-se no Porto Grande 273 escalas de navios pesqueiros, o que representa uma diminuição de 9 navios em termos absolutos, o que corresponde a 3%.

Quad. 7.12 - Navios pesqueiros e arqueação bruta						
	2016		2015		VAR. % 16/15	
	N.º	GT	N.º	GT	N.º	1000 GT
	273	170.110	282	170.110	3%	2,7%

Em contrapartida, o pescado movimentado em regime de transbordo quase que duplicou (43.531) e registou um acréscimo de 93 %, o que em termos absolutos corresponde a mais 20.982 toneladas .

Verificou-se um aumento do movimento de número de contentores em 22%. Esta percentagem indica o aumento consistente de transbordo de contentores de pescado no Porto Grande, originado pelo incremento verificado no tráfego de pescado congelado.

Quad. 7.13 - Transbordo de Pescado			
			VAR. %
	2015	2015	16/15
TON	43.531	22.549	93%
TEU	874	715	22%



Porto de Sal-Rei

8. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

As atividades do GI (Gabinete de Informática) para o ano de 2016 foram programadas tendo como objetivo continuar-se a elevar o nível de exploração dos vários sistemas (*Software e Hardware*) implementados e, de forma segura e consistente, ir suprindo as novas necessidades de informatização.

As grandes áreas de intervenção do GI foram:

- Gestão de Serviços TIC's (Tecnologia de Informação e Comunicação);
- Sistemas;
- Infraestruturas de Rede e Comunicação;
- Segurança.

8.1 Gestão de Serviços TIC's

Continuou-se a atuação na perspetiva de imprimir maior eficiência e eficácia aos sistemas implementados garantindo a operacionalidade e a disponibilidade dos sistemas e o suporte técnico necessário à sua adequada exploração.

Manutenção dos sistemas informáticos implementados e suporte

O Gabinete de Informática através da monitorização contínua, manutenção preventiva e corretiva e, suporte aos vários sistemas implementados conseguiu manter operacional e funcional na Enapor os sistemas informáticos e serviços corporativos implementados associados a:

- Rede de dados e voz (*VOIP*);
- Correio eletrónico, Internet e *site* institucional;
- Videoconferência;
- Comunicações entre as redes das estruturas e da sede da Enapor;
- Sistemas informáticos de gestão.

Várias foram as intervenções de suporte com especial destaque para a utilização dos sistemas de suporte ao negócio: JUP (Janela Única Portuária) e *Exact*, incluindo também o suporte aos utilizadores de entidades externas.

Sistemas

Ao nível de sistemas de gestão a JUP e o *Exact* como principais sistemas do negócio da Enapor, continuaram a merecer maior atenção na perspetiva de sua consolidação, apoio à exploração e implementação de melhorias e otimização

sobretudo nos módulos de mercadorias e estiva. Destaque ainda para o apoio técnico-funcional prestado no processo de operacionalização do sistema de decisão, *BI (Business Intelligence) Operacional*.

No ano findo foram também programadas e realizadas ações com vista a implementação de um sistema de gestão de embarque e desembarque tendo sido registados, nesse âmbito, progressos consideráveis.

8.2 Infraestruturas e Comunicações

Na área de infraestruturas e comunicações para o ano de 2016 destacam-se as seguintes atividades:

- Atualização da Infraestrutura *Windows 2003* – Fase II;
- Reformulação da rede de dados na ENAPOR, em S. Vicente;
- Melhoria de comunicação de dados e voz entre a ENAPOR Praia e Mindelo;
- Substituição dos equipamentos obsoletos;
- Replicação do acesso à Internet na Praia;
- Implementação do Sistema *VOIP* nos restantes portos

8.3 Segurança da Informação

Sobre esta área, em relação ao que foi previsto para o período em análise, foram realizadas:

- Atualização dos servidores e postos de trabalho com antivírus, pacotes de segurança *Microsoft*;
- Realização das cópias de segurança (diárias e semanais) das informações corporativas;
- Monitorização do tráfego da rede com incidência para o tráfego da *Internet*;
- Renovação das licenças para ativação dos serviços de segurança de *firewall*, de antivírus aos servidores, postos de trabalho e ao correio eletrónico.



Porto de Tarrafal

9. RECURSOS HUMANOS

Durante o ano de 2016, nas vertentes administrativas e recursos humanos trabalhou-se na implementação das políticas e projetos específicos em gestão estratégica e operacional dos recursos humanos e deu-se continuidade a implementação corporativa de gestão e administração dos recursos humanos em todos os Portos e demais estruturas da empresa.

As atividades visaram incrementar os índices motivacionais, a condição profissional e social dos trabalhadores e bem assim, permitir que a empresa tenha conseguido melhorar os índices de produtividade.

Em síntese, importa realçar os indicadores seguintes:

9.1 Caracterização do Efetivo

No final de 2016, a ENAPOR, S.A. tinha cerca de 413 colaboradores distribuídos do seguinte modo para as 10 estruturas:

ESTRUTURAS	P.QUADRO - 31 Dez 2016
ADMINISTRAÇÃO	106
PORTO GRANDE	116
PORTO PRAIA	106
PORTO PALMEIRA	30
PORTO SAL-REI	9
PORTO CAVALEIROS	12
PORTO P.NOVO	13
PORTO TARRAFAL	7
PORTO P.INGLÊS	9
PORTO FURNA	6
TOTAL	413

Destes 413 colaboradores, 321 são Homens (78%) e apenas 92 Mulheres (22%). Cerca de 94% pertence ao quadro da empresa, ou seja, tem contrato por tempo indeterminado e os restantes 6%, por uma outra razão, ainda tem contrato a prazo.

9.2 Recrutamento e Seleção

Ao longo de 2016, foram admitidos com contrato por tempo determinado (CDT) 15 colaboradores, através de concurso externo.

Relativamente a saídas, houve 9 CTD que caducaram sem direito a renovação e 11 colaboradores com contratos de trabalho por tempo indeterminado que passaram para a situação de reforma.

9.3 Formação Profissional

No que concerne a Formação, 2016 foi um ano durante o qual foram realizadas 20 ações formativas, sendo 18 nacionais e 2 internacionais.

<i>TIPOLOGIA</i>	<i>Nº FORMAÇÕES</i>
Interna	1
Externa	17
Internacional	2
TOTAL	20



Porto de Vale dos Cavaleiros

10. MARKETING, GESTÃO CONCESSÕES, COMERCIAL E COOPERAÇÃO

O novo organograma instituiu, formalmente, uma Direção Comercial autonomizada das tradicionais funções da Direção Financeira, focada claramente numa intenção de revolucionar o sistema de gestão de clientes e de créditos dentro de uma perspetiva corporativa e integradora, tirando vantagem da implementação de uma base única informática e uniformizada de dados comerciais e financeiros.

Assim, a função comercial corporativa saiu da sua tradicional localização (Direção Financeira) para se emergir na orgânica da empresa absorvendo as tradicionais funções comerciais e de marketing, ao lado dos novos desafios acoplados ao novo figurino da ENAPOR, enquanto Concessionária-Geral dos Portos, na vertente de gestão das Concessões e Subconcessões e Desenvolvimento de Novos Negócios.

10.1 Marketing

No que se refere à área de Marketing e Imagem durante o ano de 2016, foram realizadas atividades que, visaram reforçar o marketing interno, o reforço da Imagem da Empresa a nível nacional e internacional.

10.1.1 - Marketing Interno

O público interno é um dos fatores de sucesso das empresas e necessita de ser motivado e envolvido, de modo a que a mensagem que se transmite sobre a empresa seja resultante de um trabalho sólido e coeso dos seus colaboradores.

Realização de atividades recreativas e de lazer em datas emblemáticas que visaram o reforço, a motivação e sentimento de grupo entre os colaboradores.

- Dia do Trabalhador – 1 de Maio
- Dia Internacional da Mulher
- Festa de Natal de Filhos de Colaboradores

10.1.2 - Ações de Marketing e Reforço da Imagem da Empresa a Nível Nacional e Internacional

Um dos grandes objetivos da ENAPOR é o reforço do relacionamento com a comunidade local. O envolvimento das comunidades nas diversas iniciativas que se realizam tem um impacto direto no desenvolvimento das relações de confiança e na solidificação do relacionamento com os clientes e público em geral.

- Rebranding
- Relacionamento com a comunidade
 - Brindes 2017
 - Anúncio e Spot natalício
 - Patrocínios e Apoios

O apoio às diversas atividades que se realizam na comunidade é um fator importante para o reforço da notoriedade da empresa. No que se refere a patrocínios e apoios concedidos durante ano de 2016, foram investidos cerca de **9.204.471,00 escudos**, distribuídos pelas diversas estruturas.

Publicidade e Propaganda

Em 2016, em termos de material Publicitário foram investidos cerca de **9.912.223,00** escudos repartidos pelas diversas estruturas,

Em termos de material Publicitário foram investidos cerca de **9.912.223,00**escudos repartidos pelas diversas estruturas, tendo a Administração Central cerca **8.284.893,00 escudos**.

Enquadrado no âmbito de Modernização e Expansão do Porto de Palmeira e resultando de um acordo de cooperação entre a Câmara Municipal do Sal e a ENAPOR, com orçamento de 70.778,00 Contos, foram entregues:

- 1 campo de futebol para a comunidade da Palmeira;
- 6 moradias para a população mais carenciada da Palmeira.

➤ **Feiras e exposições**

No ano de 2016, a ENAPOR participou em dois eventos relacionados com a promoção do turismo de Cruzeiro e que foram nomeadamente, a **Seatrade Goba Cruise 2016**, que teve lugar de 14 a 17 de Março de 2016 em Fort Lauderdale, Estados Unidos e a **Seatrade Cruise Med 2016** 21 a 23 de Setembro na Ilha de Tenerife, Canárias.

Em ambos os eventos, os Portos de Cabo Verde, participaram em parceria com os membros da 3C e com a Associação Atlântica de Cruzeiros. A parceria com a Associação Atlântica de Cruzeiros resulta de uma estratégia que visa reforçar a região como destino turístico e passar a mensagem que Cabo Verde está também a trabalhar nesse sentido, integrando um itinerário que tem vindo a ganhar importância.

A participação conjunta com a Associação Atlântica de Cruzeiros saldou-se benéfica, na medida em que, ficou mais vincada a importância da região no turismo de cruzeiro e conseguiu-se passar a informação de que, actuando conjuntamente, os 3 destinos podem ser mais fortes.

➤ **Cerimónias**

Receções e Visitas

- Delegação da Guiné equatorial
- Delegação Luxemburgo
- Delegação da Guiné Bissau
- Delegação de Angola
- Delegação de Pernambuco
- Delegação do Senegal

➤ **Seminários, encontros e reuniões**

- Seminário sobre segurança marítima

10.2 Gestão das Concessões e Subconcessões Portuárias

A 18 de Janeiro de 2016 foi celebrado entre o Estado de Cabo Verde e a ENAPOR enquanto Concessionária-Geral, a concessão geral dos portos de Cabo Verde decorrido um longo processo de discussão e socialização dos textos e dos termos do contrato de concessão geral.

Acompanhamento das Concessões

➤ CPCI – Complexo de Pesca de Cova de Inglesa

A ENAPOR, em representação do Estado, rubricou o Contrato de Concessão com a FRESCOMAR para a gestão e exploração do complexo com a data de Maio de 2015 por um período de 15 anos.

➤ ATUNLO Cabo Verde, S.A

Contrato celebrado a 1 de Setembro de 2015 entre a ENAPOR em representação do Estado e ATUNLO por um período de concessão de 15 anos.

➤ Instalação e Exploração de uma Fabrica de Gelo em Porto Novo

A MONTECARLO, Lda, submeteu à ENAPOR uma proposta de cedência de um espaço com 100 m² em regime de concessão para construção e exploração de uma Fábrica de Gelo no cais de Porto Novo. O projecto foi alvo de uma primeira avaliação na ENAPOR em Maio, seguindo-se vários momentos de discussão com o promotor tendo o contrato de subconcessão ficado concluído e assinado em Julho, por um período de 10 anos.



Rebocador Monte Cara

11. INVESTIMENTOS

O objetivo dos diversos investimentos é, fazer dos portos nacionais o elo privilegiado de unificação do mercado interno, a âncora da economia marítima nacional e um centro de prestação de serviços marítimo-portuários no atlântico médio, referenciado internacionalmente, contribuindo assim ativamente para a inserção competitiva de Cabo Verde na economia global.

Neste sentido, a nível técnico foram levadas a cabo, em 2016, diversas atividades, nomeadamente:

➤ **ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS DE EXPANSÃO E MODERNIZAÇÃO DO PORTO DE PALMEIRA – 2ª FASE**

➤ **ENTREGA DE MORADIAS SOCIAIS E CAMPO DE FUTEBOL NA PALMEIRA**

Conforme Protocolo assinado entre a ENAPOR e a Câmara Municipal do Sal, com vista a compensar os terrenos cedidos para as obras de expansão e modernização do porto, a ENAPOR construiu seis moradias sociais e um campo de futebol na vila de Palmeira.

➤ **ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO ARBITRAL DAS OBRAS DO PORTO DE SAL-REI – ILHA DA BOAVISTA**

➤ **MANUTENÇÃO DAS RAMPAS METÁLICAS DOS PORTOS NOVO, PORTO TARRAFAL, PORTO DA PRAIA, VALE DOS CAVALEIROS E FURNA**

Com a finalidade de preservar-se o bom estado de conservação, reforçou-se o pavimento das mesmas.

➤ **CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO PARA RECOLHA DE MERCADORIAS E PARQUE DE ESTACIONAMENTO NO PORTO GRANDE**

Com a finalidade de melhorar o processo de recolha de pequenas mercadorias no Porto Grande, a ENAPOR optou por executar obras nos Armazéns D e E, transformando-os num espaço com condições confortáveis aos clientes, bem como à Policia Fiscal e às Alfandegas.

Também, foi construído um parque de estacionamento, que permite ordenar a circulação das viaturas na recolha de mercadorias e que aumenta a capacidade de oferta de estacionamento da Gare Marítima.

➤ **CONSTRUÇÃO DE ESPAÇO ESTIVA NO PORTO GRANDE**

Visando criar melhores condições aos estivadores, bem como melhorar as suas condições de higiene e o controlo do acesso ao recinto portuário, a ENAPOR levou a cabo a construção de um espaço, com a área total coberta de 455,0m². O projeto contempla um espaço social, balneários, lavandaria e um espaço para cacifos.

➤ **OBRAS DE MANUTENÇÃO DO PORTO INGLÊS, NA ILHA DO MAIO**

Construída em 1997, a ponte cais do Porto Inglês apresentava sinais de algum desgaste, provocado pela sua exploração, pela falta de manutenção e pela forte ação marítima.

Os trabalhos de reforço da proteção marítima bem como da substituição dos postes de iluminação serão contemplados numa segunda fase.

➤ **ESTUDOS E PROJECTOS PARA MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE ABRIGO E CONSTRUÇÃO DE UMA RAMPA ROLL ON / ROLL OFF, NO PORTO INGLÊS**

O novo Governo, empossado no início do ano de 2016, definiu como uma das prioridades da sua política no sector das infraestruturas, a melhoria das condições do Porto Inglês, na ilha do Maio.

Nesse âmbito, adjudicou-se a elaboração do Projeto Base e dos Documentos de Concurso, para as obras de melhoria das condições de abrigo e construção de uma rampa Roll On / Roll Off.

➤ **OBRAS DE REABILITAÇÃO DO PAVIMENTO DO CAIS 1 DO PORTO DA PRAIA**

Enquanto ressalva à receção provisória da obra, ficou assinalada a correção dos assentamentos consideráveis, verificados na fronteira entre os caixotões e o terraplano em praticamente toda a extensão do cais 1.

➤ **ILUMINAÇÃO DO PORTO DE SAL REI, NA ILHA DA BOA VISTA**

Pelo facto de ter sido eliminado do pacote das obras do porto, devido a duplicação do orçamento da obra, relacionado com os trabalhos a mais no quebra-mar, adjudicou-se os trabalhos para a iluminação exterior do porto.

➤ **TRABALHOS DE MANUTENÇÃO DO QUEBRA-MAR NORTE E RETENÇÃO MARÍTIMA NO PORTO DE VALE DOS CAVALEIROS**

Enquadrado no âmbito da garantia da obra, foi efetuada uma inspeção ao quebra-mar, tendo-se detetado algumas anomalias. Alguns blocos artificiais do manto principal sofreram alguns afastamentos, originando algumas aberturas.

➤ **REQUALIFICAÇÃO DA ENTRADA DO PORTO PALMEIRA**

No intuito de dotar a entrada do Porto de Palmeira duma entrada mais digna, visto o pavimento da estrada de acesso ao porto encontrar-se completamente desgastado, com buracos, foi efetuada uma nova asfaltagem e um passeio em calçada basáltica nos dois lados da via.

Derivado dos problemas de inundação que se verificavam sempre que se registavam precipitações com alguma intensidade e estando-se a proceder à nova asfaltagem, efetuou-se, também, uma nova rede de drenagem de águas pluviais.

➤ **OBRAS DE SUBSTITUIÇÃO DO PAVIMENTOS DOS CAIS NOS 2 E 5 NO PORTO GRANDE E PREENCHIMENTO DOS ESPAÇOS ENTRE OS BLOCOS DA SUPERESTRUTURA**

Construído em 1962 e tendo recebido obras de beneficiação no ano de 1992, o pavimento dos cais números 2 e 5, apresentava-se num estado degradado. Verificava-se também assentamentos consideráveis no pavimento, espaçamentos que atingiam os trinta centímetros, nalguns blocos da superestrutura, e danificação da viga de coroamento.

➤ **ESTUDO DAS ZONAS DE JURISDIÇÃO PORTUÁRIA**

Com o objetivo de realização de uma definição completa de todas as áreas que estão realmente sob a jurisdição da Autoridade Portuária, após concurso internacional, foi contratada uma empresa para elaboração do Estudo das Áreas de Jurisdição Portuária.

➤ **ILUMINAÇÃO DO PARQUE DE ESTACIONAMENTO NA AVENIDA MARGINAL**

Numa parceria conseguida com a Electra, no mês de Novembro fez-se a ligação de todos os postes de iluminação do parque de estacionamento na Avenida Marginal à rede pública.

1. ESTUDOS E PROJECTOS DO TERMINAL DE CRUZEIROS DO MINDELO

O projecto do Terminal de Cruzeiros teve os seguintes desenvolvimentos no ano de 2016, acompanhados pela Direcção Técnica, com realce para: 1) elaboração dos Estudos Técnicos e do Estudo de Impacte Ambiental, 2) aprovação do mesmo, 3) diversos contactos feitos com instituições financeiras a fim de ser discutido o financiamento dos 65% do projeto que não são financiados pela ORIO, 4) envio de uma Carta Conforto do Governo de Cabo Verde a ORIO, com o fito de mostrar o seu engajamento ao projeto; 5) pedido oficial do Governo solicitando a disponibilidade da OFID para analisar o projecto e apresentar proposta para o financiamento; 6) Visita do Embaixador da Holanda a CV para o Due-Deligence do Projeto:

➤ **EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO PORTO GRANDE**

Em 2016, a Direcção Técnica, desenvolveu um estudo sobre a eficiência energética no Porto Grande, que tinha como objetivos:

- Minimizar as perdas elétricas existentes e combater as fraudes;
- Promover o equilíbrio económico da atividade de fornecimento de energia elétrica aos contentores Reefer;
- Reduzir a faturação energética através de medidas de Eficiência Energética;
- Atingir metas claras com uma política energética eficaz e rentável do sistema;
- Produção de energia através das fontes renováveis.

O estudo identificou várias ineficiências, nomeadamente no consumo excessivo de energia reativa na rede, perdas elétricas resultantes do aquecimento dos cabos no PT2 e perdas comerciais na faturação do consumo de energia nos contentores frigoríficos e espaços arrendados, a preços inferiores ao consumo de energia mensal a cargo do senhorio ENAPOR.

Foi também indicado os investimentos a serem realizados, de modo a eliminar-se as ineficiências detetadas.

➤ **CALIBRAÇÃO DA BÁSCULAS FIXAS E MÓVEIS**

As preocupações com a segurança marítima em Cabo Verde em decorrência dos acidentes marítimos recentes, para além da preocupação internacional SOLAS, motivaram a Enapor a investir na aquisição/installação de básculas fixas e móveis, nos principais portos, mais precisamente nos portos do Porto Novo, Porto Grande, Palmeira, Praia e Vale Cavaleiros.

➤ **PLANO DE REORDENAMENTO DA ORLA MARÍTIMA DA CIDADE DO MINDELO**

O Plano, que tem como objetivo apresentar um estudo detalhado, indicando a melhor forma de se aproveitar as potencialidades da orla marítima sob jurisdição da ENAPOR na cidade do Mindelo, mais concretamente desde o edifício da ELECTRA na Laginha até ao Complexo Pont d'Água, foi adjudicado uma empresa de arquitectura.

INVESTIMENTO	2016	2015	2014	2013	2012	Var 2016/15
Adquirido	12.668	37.750	87.784	158.741	27.609	-66,4%
Executados	-	93.806	71.451	52.067	-	-100,0%
Investimento em Curso	163.833	128.592	99.896	19.313	169.800	27,4%
Resultados Líquidos	176.501	260.148	259.131	230.121	197.409	-32,2%

COBERTURA FINANCEIRA	2016	2015	2014	2013	2012	Var 2016/15
Autofinanciamento - Fundos Próprios	147.606	235.500	210.297	141.129	197.409	-37,3%
Capital Alheio						
Credito Bancário	-	-	-	70.000	-	--
Subsídio ao Investimento	28.895	24.648	48.834	18.992	-	17,2%
Resultados Líquidos	176.501	260.148	259.131	230.121	197.409	-32,2%



Descarga

12. SAÚDE, SEGURANÇA E AMBIENTE

Neste domínio, as atividades de maior destaque em 2016 foram:

- Conclusão do Processo de Atualização dos Planos de Proteção dos Portos Certificados (Portos da Praia, Mindelo e Palmeira), no âmbito do ISPS-CODE;
- Preparação de novos Portos para a Certificação na Proteção;
- Preparação de todos os Planos de Segurança dos Portos;
- Estudos de balizagem para garantir a segurança da navegação nas Baías Portuárias de Cabo Verde;
- Processo de Aculturação da Segurança e da Consciência Ambiental na ENAPOR SA;
- Processo da Certificação da Qualidade na Área da Segurança e Preservação do Meio Ambiente
- Especial atenção foi dada na área da Saúde no Trabalho, relacionado com as doenças epidemiológicas (ébola, zica), pelas exigências do tráfego internacional dos navios.
- Na área de Segurança no Trabalho deu-se continuidade ao acompanhamento dos trabalhos de consultoria que vem sendo desenvolvidos para apoiar a ENAPOR na criação e implementação de Políticas adequadas, nesta matéria.

- Levantamento dos dados sobre segurança nos Portos de Cabo Verde.
- Análise equipamentos de proteção individual na ENAPOR.
- Realização de auditorias de segurança.
- Assinatura do Protocolo entre a ENAPOR SA e a Guarda Costeira Nacional.



Plataforma CSO Deep Blue

13. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Resultado do Exercício

O exercício de 2016 ficou marcado pela consolidação econômica e financeira da empresa, em consequência do crescimento do negócio portuário que teve impacto significativo no volume de negócio da empresa (+109.547 contos) e concludentemente, nos resultados líquido do exercício (+159.539 contos).

O resultado Líquido da ENAPOR, no exercício de 2016, atingiu o montante de 187,8 mil contos, registrando um acréscimo de 563,7% face ao ano de 2015. Este resultado vem manter a contínua trajetória de crescimento dos últimos anos.

O resultado operacional registou um acréscimo de 106,6 mil contos face a 2015, sendo também preponderante para o aumento dos resultados antes de impostos, apesar da influência dos resultados financeiros. Após a incidência da carga fiscal, no valor de 91,3 mil contos, foi obtido um resultado líquido de 187,8 mil contos.

Esta evolução foi fortemente influenciada, de forma positiva, pelo aumento do volume de negócio, graças ao crescimento verificado no tráfego portuário, compensada pelo bom desempenho ao nível dos resultados financeiros da empresa.

Demonstração de Resultados	2016	2015 (Reexpresso)	16/15	VAR. % 16/15
Prestações de serviços	2.763.594	2.644.726	118.867	4,5%
Rendimentos suplementares	75.053	64.480	10.573	16,4%
Outros ganhos operacionais	54.842	45.386	9.456	20,8%
Gastos M.V. matérias consumidas	(47.036)	(51.703)	4.666	-9,0%
Fornecimentos e serviços externos	(504.164)	(471.346)	-32.818	7,0%
Gastos com o pessoal	(1.375.465)	(1.350.180)	-25.285	1,9%
Outros gastos operacionais	(60.773)	(93.292)	32.518	-34,9%
EBITDA	780.965	722.278	58.687	8,1%
Margem EBITDA	27,5%	26,7%	--	3,2%
Depreciações	(477.361)	(525.282)	47.921	-9,1%
Provisões e imparidade	(125.084)	(65.793)	-59.291	90,1%

Resultado operacional (EBIT)	303.604	196.996	106.608	54,1%
Margem EBIT	10,7%	7,3%	- -	47,1%
Resultado financeiro	(24.410)	(149.300)	124.890	-83,7%
Resultado antes de impostos	279.194	47.696	231.498	485,4%
Imposto sobre o rendimento	(91.352)	(19.393)	-71.959	371,1%
RESULTADO LÍQUIDO	187.842	28.303	159.539	563,7%

Rendimentos Operacionais

Os Rendimentos Operacionais, no exercício de 2016, registaram um acréscimo face aos valores aos obtidos no ano de 2015 (+138.162 contos; 5%), atingindo o montante total de 2.893.489 contos.

Da análise ao quadro a seguir apresentado, constata-se que os rendimentos provenientes das Prestações de Serviços continuam a apresentar um peso importante na estrutura da componente operacional, registando, um acréscimo de 4,5% (+118.867 contos) face a 2015. Ainda as duas grandes rubricas de Rendimentos suplementares (+10.573 contos; 16,4%) e Outros rendimentos (9.456 contos; 20,8%), também acompanharam as Prestações de serviços.

O aumento verificado nos Serviços Portuários, nomeadamente da Movimentação de Mercadorias, Taxas Portuárias e Aluguer de Equipamentos, resultou da movimentação de navios nos portos de Cabo Verde e das mercadorias. Comparativamente com 2015 verificou-se um aumento do número de navios que escalaram os portos em 6,8% (+443 navios), bem como um aumento das mercadorias movimentadas em 5,9% (+115.605 tons), acompanhando o referido crescimento de navios.

Rendimentos Operacionais	2016	2015	16/15	VAR. % 16/15
Prestação de Serviços	2.763.594	2.644.726	118.867	4,5%
Movimentação de Mercadorias	1.738.802	1.667.568	71.234	4,3%
Aluguer de Equipamentos	163.153	154.257	8.896	5,8%
Serviços Prestados ao Navio	101.513	101.603	-90	-0,1%
Taxas Portuárias	655.426	613.165	42.261	6,9%
Serviços Secundários	107.400	114.121	-6.721	-5,9%
Devoluções e Descontos	(2.701)	(5.988)	3.287	-54,9%
Rendimentos Suplementares	75.053	64.480	10.573	16,4%
Outros Rendimento Suplementares	392	39	352	894,6%
Rendimentos Invest. Ñ Financeiros	74.661	64.440	10.221	15,9%
Outros Rendimentos Operacionais	54.842	45.386	9.456	20,8%
Rendimentos Operacionais	2.893.489	2.754.592	138.897	5,0%

Os Rendimentos Suplementares registaram um aumento de 16,4%, face ao exercício de 2015, resultante principalmente das receitas com a gestão dominial que cresceu 15,9% (+10.221 contos).

Gastos Operacionais

Os Gastos Operacionais, no exercício de 2016, atingiram o montante de 2.589.884 contos, superiores em 1,2% (+31.555 contos) comparativamente com o exercício anterior. Nem todas as rubricas contribuíram para este acréscimo, tendo as Depreciações/Amortizações decrescido 9,1%, Outros gastos Operacionais menos 34,9% e os Gastos M. Subsidiarias e de Consumo -9%.

Enquanto as Imparidades aumentaram 88% (+55.557 contos) relativamente ao ano de 2015, devido ao grande reforço ocorrido neste exercício dado a necessidade de precaver dos riscos de incobrabilidade de vários créditos vencidos a mais de 365 dias.

O aumento dos gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, relativamente ao ano anterior, resultou essencialmente das rubricas de Honorários e Consultorias (+36,8%; +21.694 contos), Rendas e Alugueres (+312,9%; +17.168 contos) e Conservação e reparação (+26,6%; 11.360 contos).

O crescimento dos Gastos com Pessoal resultou principalmente do aumento verificado no tráfego portuário neste exercício.

A variação constatada nos custos face a 2015 resulta do incremento na movimentação de mercadorias nos portos de Cabo Verde em relação ao ano anterior, dentro das projeções de crescimento esperados.

	2016	2015	16/15	VAR. % 16/15
Água	18.416	16.676	1.740	10,4%
Electricidade	80.005	103.019	-23.015	-22,3%
Combustíveis e outros fluidos	13.940	23.155	-9.215	-39,8%
Conservação e Reparação	54.000	42.640	11.360	26,6%
Material de escritório	5.822	6.339	-517	-8,2%
Publicidade e Propaganda	15.752	10.427	5.325	51,1%
Limpeza Higiene e Conforto	21.603	17.186	4.417	25,7%
Rendas e Alugueres	22.655	5.487	17.168	312,9%
Despesas de Representação	344	2.395	-2.051	-85,6%
Comunicação	15.822	16.142	-320	-2,0%
Seguros	22.342	24.275	-1.932	-8,0%
Vigilância e segurança	72.476	79.500	-7.024	-8,8%
Royalties	11.045	3.749	7.296	194,6%
Honorários / Consultoria	80.662	58.968	21.694	36,8%
Transporte de Pessoal	24.165	16.853	7.312	43,4%
Deslocações e Estadias	26.656	24.821	1.834	7,4%
Serviços Bancários	1.208	2.628	-1.420	-54,0%
Outros	17.253	17.087	165	1,0%
Gastos C/ o Pessoal	504.164	471.346	32.818	7,0%

Os gastos com o pessoal registaram, no exercício de 2016, um acréscimo de 1,9% (+25.285 contos) face ao ano de 2015, devido, principalmente, as remunerações adicionais, os encargos sobre as remunerações e as remunerações do pessoal e da estiva.

- Nas remunerações adicionais destaca-se tanto os subsídios de férias como o subsídio de natal da estiva, devido, essencialmente ao já referido aumento na movimentação de mercadorias;
- Nos encargos sobre remunerações que esta diretamente associado ao crescimento nas remunerações adicionais com o corpo de estiva;
- Nas remunerações com o pessoal também cresceu devido ao aumento nas remunerações com a estiva que cresceu 12.508 contos enquanto a remuneração do pessoal administrativo diminuiu 4.878 contos.

	2016	2015	16/15	VAR. % 16/15
Remunerações dos Órgãos Sociais	17.383	18.941	-1.559	-8,2%
Remunerações do Pessoal	934.186	926.556	7.630	0,8%
Remunerações Adicionais	229.924	216.201	13.723	6,3%
Indemnizações ao Pessoal	7.760	5.345	2.414	45,2%
Encargos s/Remunerações	170.636	161.081	9.555	5,9%
SOAT	4.281	4.922	-641	13,0%
Formação Profissional	1.982	5.318	-3.337	62,7%
Ação Médico-Medicamentosa	399	872	-474	54,3%
Festividades da empresa	5.628	5.990	-362	-6,1%
Outros Gastos c/Pessoal	3.289	4.953	-1.664	33,6%
Gastos C/ o Pessoal	1.375.465	1.350.180	25.285	1,9%

Nos últimos anos tem sido adotada uma política de ajustamentos do quadro de pessoal da ENAPOR, verificando-se de ano para ano uma diminuição no pessoal efetivo. Em 2016, observa-se uma inversão dessa política, atingindo, a 31 Dezembro de 2016, o número de 926 efetivos (2014: 920). Este aumento de efetivos deve-se exclusivamente ao corpo de estiva que passou para 509 (2015: 503 efetivos), enquanto o pessoal Administrativo manteve-se nos 413. Neste exercício verificou-se uma diminuição nos gastos com Depreciações e Amortizações em 9,1%, resultante de alguns investimentos que deixarem de Depreciar/Amortizar porque chegaram no fim da sua vida útil.

Os *Gastos com o Pessoal* e os *Fornecimentos e Serviços Externos* representam um peso significativo na globalidade dos Gastos Operacionais, de respetivamente, 41,7% e 21,8% (2014: 40,3% e 23,6%, respetivamente). Os Fornecimentos e Serviços Externos substituíram as Depreciações e Amortização que era nos últimos anos a segunda rubrica com maior peso nessa estrutura de custos.

Conjuntamente, estas duas rubricas absorveram 72,6% (2015: 71,2%) dos rendimentos operacionais obtidos pela ENAPOR no exercício em análise. Esta variação deve-se ao acréscimo dos rendimentos operacionais e também do incremento dos gastos com o pessoal e dos fornecimentos e serviços externos neste exercício.

Ganhos e Perdas Financeiros

Os resultados de natureza financeira registaram um acréscimo de 83,7% (+124.890 contos). As diferenças cambiais acabaram por influenciar no decréscimo dos gastos financeiros, influenciando em grande parte os resultados alcançado nos resultados financeiros.

Apesar do aumento verificado nas aplicações financeiras (+1.840 contos) no exercício de 2016, os ganhos com as diferenças cambiais acabam por influenciar no decréscimo dos rendimentos financeiros.

	2016	2015	16/15	VAR. % 16/15
<i>GANHOS FINANCEIROS</i>	46.656	77.536	-30.880	-39,8%
Juros Obtidos	12.925	11.085	1.840	16,6%
Juros Financiamento Pessoal	543	423	120	28,5%
Diferenças de Câmbio Favoráveis	33.188	66.028	-32.841	-49,7%
<i>PERDAS FINANCEIRAS</i>	71.066	226.836	-155.770	-68,7%
Juros de Financ. Projetos e Obras	71.009	91.591	(20.581)	-22,5%
Outros Juros Financiamento	22	448	(426)	-95,1%
Diferenças Câmbio Desf. Financeiros	-	134.798	(134.798)	-100,0%
Outras perdas Financeiras	35	-	35	0
<i>RESULTADOS FINANCEIROS</i>	(24.410)	(149.300)	124.890	83,7%

EBITDA

O indicador EBITDA apresenta um acréscimo de 8,1% face a igual período de 2015, resultante do aumento dos Rendimentos Operacionais (+5,0%), apesar de se verificar um aumento ao nível dos gastos da mesma natureza. Considerando o efeito das Depreciações/Amortizações e das Imparidades apurou-se, no ano de 2016, um EBIT de 303,6 mil contos, superior em 54,1% ao obtido em 2015.

	2016	2015	16/15	VAR. % 16/15
<i>Rendimentos Operacionais</i>	2.893.489	2.754.592	138.897	5,0%
<i>Gastos Operacionais</i>	2.112.524	2.032.314	80.210	3,9%
EBITDA	780.965	722.278	58.687	8,1%
<i>Depreciação/Amortização</i>	(477.361)	(525.282)	47.921	-9,1%
EBIT	303.604	196.996	106.608	54,1%

Meios Libertos Líquidos

Os meios libertos, numa ótica operacional, registaram um aumento de 27,6% (+170.909 contos) face ao ano de 2015, resultante do acréscimo do Resultado Líquido e das Imparidades no ano em análise:

CASH FLOW de EXPLORAÇÃO	2016	2015	16/15	VAR. % 16/15
<i>Resultados Líquidos</i>	187.842	28.303	159.539	563,7%
<i>Depreciações e Amortizações</i>	477.361	525.282	(47.921)	-9,1%
<i>Provisões / Imparidades</i>	125.084	65.793	59.291	90,1%
	790.287	619.378	170.909	27,6%

Estrutura de Capitais

A evolução da *Estrutura de Capitais da ENAPOR* conforme se pode analisar através do seguinte quadro, registou algumas variações no exercício de 2016:

<i>ESTRUTURA DE CAPITAIS</i>	2016	%	2015	%
<i>Capitais Próprios</i>	2.724.813	41,6%	2.536.971	38,2%
<i>Passivo Não Corrente</i>	2.872.095	43,9%	3.210.035	48,3%
<i>Passivo Corrente</i>	948.622	14,5%	899.099	13,5%
	6.545.529	100,0%	6.646.105	100,0%

No exercício de 2016, os *Capitais Próprios* da ENAPOR, registaram uma variação positiva de 187,8 mil contos, decorrente dos seguintes movimentos:

- Registo de Reservas Legais, no valor de 1,4 mil contos;
- Os resultados negativos referentes a 2012, registados em *Resultados Transitados* reduziram em 26,9 mil contos por aplicação dos resultados líquidos de 2015.
- Aumento do Resultado Líquido referente ao ano de 2016, no valor de 159,5 mil contos.

A variação da rubrica do *Passivo Não Corrente* (-337,9 mil contos) resulta da ocorrência dos seguintes movimentos:

- Os Financiamento Obtidos reduziu 337,7 mil contos com o ajustamento do valor para curto prazo referente ao montante previsto para ser amortizado no decorrer de 2017, referente ao serviço da dívida;
- O término das Responsabilidades por Benefícios Pós Emprego.

Em termos globais, a estrutura de capitais (próprios e alheios) da ENAPOR sofreu um decréscimo de 100,5 mil contos (-1,5%), comparativamente com o exercício de 2015.

Indicadores

No quadro seguinte apresenta-se um conjunto de indicadores financeiros e económicos da ENAPOR no Exercício de 2016, evidenciando a sua evolução em relação á períodos homólogos dos anos anteriores.

A obtenção de Resultados Líquidos superiores aos obtidos no período homólogo, refletiu-se numa melhoria dos valores dos indicadores de natureza económica e financeira

A redução dos Capitais Alheios contínua a ser fundamental na melhoria dos Indicadores Financeiros obtidos no ano de 2016, quando comparados com o ano anterior.

INDICADORES	2016	2015	2014
INDICADORES DE EFICIÊNCIA			
<i>GASTOS OPERACIONAIS / EBITDA</i>	3,3	3,5	2,5
<i>GASTOS COM PESSOAL / EBITDA</i>	1,8	1,9	1,1
INDICADORES DE COMPORTABILIDADE DE INVESTIMENTOS E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO			
<i>GRAU DE ALAVANCA FINANCEIRA (result. operac./result. ant. imposto)</i>	1,09	4,13	4,80
<i>AUTONOMIA FINANCEIRA (cap. próprio/ ativo)</i>	0,42	0,38	0,37
<i>SOLVABILIDADE (cap. próprio/ passivo)</i>	0,71	0,62	0,58
<i>LIQUIDEZ (ativo corrente/ passivo corrente)</i>	1,88	1,77	1,52
EQUILIBRIO FINANCEIRO			
<i>FUNDO MANEIO (cap. permanente-ativo fixo ã corrente)</i>	1.055.942	890.577	681.110
<i>NECESSIDADES EM FUNDO MANEIO (necessid. cíclicas-recursos cíclicos)</i>	438.282	525.885	466.034
<i>TESOURARIA LÍQUIDA (tesouraria ativa-tesouraria passiva)</i>	671.660	364.692	215.076
INDICADORES DE PRAZO MÉDIO			
<i>PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO</i>	43	45	45
<i>PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTO</i>	73	78	78
INDICADORES DE RENTABILIDADE E CRESCIMENTO			
<i>MARGEM EBITDA (EBITDA/volume negocio)</i>	0,28	0,27	0,38
<i>MARGEM EBIT (EBIT/volume negocio)</i>	0,11	0,07	0,12
<i>RENDIBILIDADE OPERACIONAIS DAS VENDAS (result. operac./rendimentos)</i>	0,10	0,08	0,11

<i>RENDIBILIDADE LIQUIDA DAS VENDAS</i> (<i>result. liquido/rendimentos</i>)	0,06	0,01	0,01
INDICADORES DE REMUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO			
<i>RENDIBILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS</i> (<i>result. Liquido/cap .próprio</i>)	0,069	0,011	0,010
<i>RENDIBILIDADE DE CAPITAIS INVESTIDO</i> (<i>result. Liquido/ativo</i>)	0,029	0,004	0,004

O **Rácio de Autonomia Financeira** evidencia uma melhoria, no entanto apresenta-se ainda um pouco vulnerável, tendo neste período de 2016 (0,42) um valor acima do já obtido no mesmo período de 2015 (0,38) e de 2014 (0,37).

A **Solvabilidade** tem melhorado de ano para ano, depois de ter deteriorado em 2012, já não traduz essa vulnerabilidade, tendo neste período em análise crescido para 0,71, quando no mesmo período homólogo apresentava 0,62.

A **Liquidez Geral** situa-se acima da unidade, o que demonstra que o ativo corrente é superior as dívidas de curto prazo, o que conduz a um Fundo de Maneio positivo.

O **Fundo de Maneio** obtido no período de 2016 atingiu o valor de 1.055.942 contos, que comparativamente com o mesmo período do ano anterior corresponde a um aumento de 165.365 contos.

A **Tesouraria Líquida** fecha o conjunto dos indicadores do equilíbrio financeiro, tratando-se do principal indicador para identificar eventuais dificuldades de cumprimento dos compromissos financeiros a curto prazo, tendo melhorado para um valor de 671.660 contos, reflexo da melhoria nas disponibilidades em detrimento dos compromissos.

O clima económico não poderá ser favorável a um esforço continuado de maior redução nos prazos de pagamentos, caso não for possível diminuir o Prazo Médio de Recebimento. Assim, as boas práticas de gestão não aconselham

que se promova um desequilíbrio permanente entre os dois prazos médios e muito menos que o prazo médio de pagamento seja inferior ao de recebimento. NO período em análise, os prazos de pagamento diminuíram para 43 dias, quando no mesmo exercício do ano anterior era de 45 dias. Entretanto, no tocante aos recebimentos melhorou, mas ficou pelos 73 dias, quando no período homólogo de 2015 tinha sido 78 dias e também 78 dias em 2014.

Os Rácios Económicos apresentam valores positivos, melhorando de exercício para exercício, quando em 2012, na sua maioria apresentavam indicadores negativos, devido aos resultados líquidos, que se apresentavam também negativos.



Cruzeiros

14. PERSPECTIVAS FUTURAS

Com a Reforma do Sector Marítimo e Portuário em curso colocam-se perante a ENAPOR, S.A., Concessionária Geral dos Portos em Cabo Verde, inúmeros desafios que podem constituir grandes oportunidades. Estas oportunidades decorrem essencialmente das novas atribuições da Concessionária Geral, da participação dos operadores privados no negócio portuário e da execução dos projetos em curso.

Decorrentes das novas atribuições, apresentam-se para o futuro os seguintes desafios à ENAPOR:

☐ A reestruturação final da empresa como Concessionária, mas que no início do processo manterá ainda o papel de prestador de serviço nas assistências as atracções - pilotagem, reboque e amarrações;

☐ A implementação e gestão das Zonas de Jurisdição Portuária (ZJP) em todos os portos nacionais;

☐ A definição de áreas de subconcessão para os operadores portuários privados e a gestão das subconcessões tendo em conta os requisitos mínimos exigidos no contrato de concessão geral;

☐ A dotação da ENAPOR dos Recursos Humanos e Equipamentos necessários para acompanhar a evolução do nível da exploração portuária pretendida com a subconcessão das operações ao sector privado;

☐ A exploração/concessão das infraestruturas de construção/reparação navais da ONAVE e CABNAVE;

☐ Promoção e concessão dos espaços para a construção e exploração de marinas e atividades náuticas nas ZJP.

☐ A elevação da exploração nos portos de pesca do Porto da Praia, Vale Cavaleiros e Palmeira.

Dos projetos em curso, decorrem desafios que passam pela conclusão dos estudos, procura de financiamentos e término de obras. Assim, neste particular, os desafios mais importantes que se colocam para os próximos anos serão:

- A Aquisição de um novo rebocador para o Porto da Praia, por forma a melhorar a capacidade instalada em termos de reboque e assistência à navegação.

- O acompanhamento da execução das obras de expansão e requalificação do Porto Inglês
- Conclusão dos estudos e do processo de financiamento para Projeto do Terminal de Cruzeiros do Porto Grande.

Os desafios acima identificados advêm da necessidade de consolidar o negócio Portuário em Cabo Verde, na ótica da concessionária geral e assim dar as garantias necessárias para o funcionamento dos operadores portuários. Também, o desafio colocado para o sector de reparação/construção naval pretende-se consolidar e expandir este segmento de negócio.

Entretanto, os latentes segmentos de negócio de transbordo de pescado e o *bunkering* apresentam oportunidades de crescimento muito interessantes do negócio portuário que a ENAPOR como parte interessada irá, juntamente com os outros parceiros, nos próximos anos, promover e fazer crescer.



Pesca

15. PROPOSTA APLICAÇÃO RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos do Código das Empresas Comerciais e ciente da necessidade de ser consolidada a estrutura financeira da empresa, propõe que os resultados líquidos apurados no exercício de 2016, no valor de **187.842 contos**, tenham a seguinte aplicação:

Reserva Legal	5%	9.392
Resultados Transitados	64,7%	121.626
Dividendos	30,3%	56.824

S. Vicente 13 Junho de 2017

O Conselho de Administração

Jorge Humberto Pimenta
Maurício

Presidente



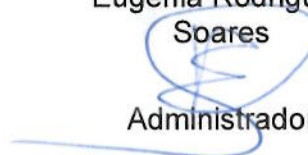
Alcídio Nascimento
Lopes

Administrador



Eugénia Rodrigues
Soares

Administrador





Scanner de Mercadorias - Praia

16. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço Individual

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

BALANÇOS ACUMULADOS EM 31 DEZEMBRO de 2016 e 2015

Montantes expressos em Milhares Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	Data de Referência		
	Nota	31-12-16	31-12-15
		Valores	Valores
ACTIVO			
Activo não Corrente			
Propriedades de Investimento	5	26.912	-
Activos Fixos Tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	6	296.003	296.003
Edifícios e outras construções	6	3.224.255	3.443.674
Equipamento básico	6	814.256	1.011.570
Equipamento de transporte	6	16.053	40.274
Equipamento administrativo	6	45.234	48.721
Outros activos fixos tangíveis	6	11.817	10.119
Activos tangíveis em curso	6	302.523	172.729
Activos Intangíveis			
Programas de computador	7	438	18.107
Activos Intangíveis em curso	7	10.355	-
Outras Contas a Receber	8.1	10.462	14.011
Total do activo não corrente		4.758.308	5.065.206
Activo Corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9.1	37.909	45.049
Clientes	10	385.255	450.163
Adiantamentos a Fornecedores	11.1	3.344	3.342
Estado e Outros Entes Públicos	12.1	351.984	307.682
Accionistas/Sócios	13	4.424	4.424
Outras Contas a Receber	8.2	99.414	93.840
Diferimentos	14.1	11.966	4.423
Caixa e Depósitos Bancários	4	912.923	881.976
Total do activo corrente		1.787.221	1.590.899
Total do activo		6.545.529	6.646.105
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado	15	1.200.000	1.200.000
Reservas Legais	16	61.227	59.812
Outras Reservas	16	1.397.370	1.397.370
Resultados Transitados	16	(121.626)	(148.514)
Resultado Líquido do Período		187.842	28.303
Total do Capital Próprio		2.724.813	2.536.971
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões	0	-	-
Financiamentos Obtidos	17.1	2.872.096	3.209.785
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	18	-	251
Outras Contas a Pagar		-	-
Total do Passivo não corrente		2.872.096	3.210.035
Passivo Corrente			
Fornecedores	19	87.028	71.244
Adiantamento de Clientes	11.2	7.616	25.714
Estado e Outros Entes Públicos	12.2	149.710	59.621
Financiamentos Obtidos	17.1	305.188	329.188
Outras Contas a Pagar	8.3	168.210	175.267
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	18	-	379
Diferimentos	14.2	230.670	237.687
Total do passivo corrente		948.622	899.099
Total do Passivo		3.820.717	4.109.135
Total do Capital Próprio e do Passivo		6.545.529	6.646.105

O anexo faz parte integrante do Balanço em 31 Dezembro de 2016.

O Técnico Oficial de Contas
Paulo Manuel Santos Mh

O Conselho de Administração


Demonstração Individual dos Resultados por Natureza

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZA EM 31 DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Montantes expressos em Milhares Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	PERÍODO		
		2016	2015
	Nota	Valores	(Reexpresso) Valores
Prestações de Serviços	20	2.763.594	2.644.726
Gastos com Matérias Consumidas	9.2	(47.036)	(51.703)
Resultado Operacional Bruto		2.716.557	2.026.079
Fornecimentos e Serviços Externos	21	(504.164)	(471.346)
Valor Acrescentado Bruto		2.212.393	1.554.733
Gastos com o Pessoal	22	(1.375.465)	(1.350.180)
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	23	(125.084)	(66.528)
Provisões (aumentos/reduções)	24	-	734
Outros Rendimentos e Ganhos	25	129.895	109.865
Outros Gastos e Perdas	26	(60.773)	(93.292)
Resultado Antes de Depreciações, Amortizações, Perdas/Ganhos de Financiamento e Impostos		780.965	722.278
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	27	(477.361)	(525.282)
Resultado Operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		303.604	196.996
Juros e Ganhos Similares Obtidos	28	46.656	77.536
Juros e Perdas Similares Suportados	17.2	(71.066)	(226.836)
Resultado Antes de Impostos		279.194	47.696
Imposto Sobre o Rendimento do Período	29	(91.352)	(19.393)
Resultado Líquido do Período		187.842	28.303
Resultado das Actividades Descontinuadas (líquido de imposto) Incluído no Resultado do Período		-	-
Resultado Líquido do Período Atribuível a :			
Detentores do Capital da Empresa		187.842	28.303
Resultado Por Acção Básico		1,57	0,236

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2016.

O Técnico Oficial de Contas

Paulo Manuel Santa Rita

O Conselho de Administração



10-01-2014

Demonstração Individual de Alterações no Capital Próprio

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2015	1	1.200.000	58.547	1.397.370	(172.544)	25.295	2.508.668
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO							
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	28.303	28.303
Aumentos de reservas por aplicação dos resultados	26	-	1.265	-	24.030	(25.295)	0
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	1.265	-	24.030	3.008	28.303
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuição de dividendos	26	-	-	-	-	-	-
	3	-	-	-	-	-	-
	4	-	-	-	-	-	-
POSIÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO 2015	1+2+3+4	1.200.000	59.812	1.397.370	(148.514)	28.303	2.536.971

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2016	1	1.200.000	59.812	1.397.370	(148.514)	28.303	2.536.971
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO							
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	187.842	187.842
Aplicação do resultado líquido	26	-	1.415	-	26.888	(28.303)	0
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	1.415	-	26.888	159.539	187.842
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO							
Distribuição de dividendos	3	-	-	-	-	-	-
	4	-	-	-	-	-	-
POSIÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO 2016	1+2+3+4	1.200.000	61.227	1.397.370	(121.626)	187.842	2.724.813

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2016.

O Técnico Oficial de Contas
Paulo Manuel Silva MCh

O Conselho de Administração
Enapor
Portos de Cabo Verde

Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015.

Montantes expressos em milhares de Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	PERÍODO		
		31-12-16	31-12-15
	Nota	Valores	Valores
Método Directo			
Fluxo de caixa das actividades operacionais			
Recbimentos de clientes		2.810.213	2.671.778
Pagamentos a fornecedores		(598.376)	(467.369)
Pagamentos ao pessoal		(1.368.428)	(1.304.733)
Caixa gerada pelas operações		843.410	899.676
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(884)	(19.393)
Outros recebimentos / pagamentos		(204.682)	(250.154)
Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)		637.844	630.129
Fluxo de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(149.703)	(299.052)
Activos intangíveis		(10.493)	(822)
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		68.544	156.229
Subsídios ao investimento		39.328	38.061
Juros e rendimentos similares		-	-
Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)		(52.324)	(105.584)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos	17	-	-
Juros e ganhos similares		48.312	70.244
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(328.546)	(268.113)
Juros e gastos similares		(74.339)	(229.552)
Dividendos		0	0
Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)		(354.573)	(427.422)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		230.947	97.124
Efeito das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	681.976	584.852
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	912.923	681.976

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

O Técnico Oficial de Contas

Paulo Manuel Silva Melo

O Conselho de Administração

[Assinatura]





Feiras

ANEXOS AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

Sede: Mindelo – S. Vicente na Avenida Marginal – Cais Acostável
Natureza da Atividade: Prestação Serviços de Exploração Portuária

1. NOTA INTRODUTÓRIA	3
1.1. Identificação da Entidade	3
1.2. Serviços Prestados	3
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
2.1. Base da apresentação	4
2.2. Derrogação das disposições do SNCRF	4
2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras	4
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	4
3.1. Moeda funcional e de Apresentação	4
3.2. Ativos fixos tangíveis	4
3.3. Propriedades de Investimento	5
3.4. Ativos intangíveis	6
3.5. Ativos e passivos financeiros	6
3.6. Perdas por Imparidade	7
3.7. Inventários	7
3.8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	8
3.9. Rédito e regime do acréscimo	8
3.10. Encargos financeiros com Empréstimos Obtidos	9
3.11. Responsabilidades Pós Emprego	9
3.12. Imposto Sobre o Rendimento do Período	9
3.13. Classificação de balanço	10
3.14. Subsídios	10
3.15. Saldos e Transações Expressos em Moeda Estrangeira	10
3.16. Eventos Subsequentes	10
3.17. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas	10
4. FLUXOS DE CAIXA	11
5. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	12
6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	13
7. ATIVOS INTANGÍVEIS	15
8. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	16
8.1. Não Corrente a Receber	16
8.2. Corrente a Receber	17
8.3. Corrente a Pagar	17
9. INVENTÁRIOS	18
9.1. Inventários	18
9.2. Gastos com as Matérias Consumidas	19
10. CLIENTES	20

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

11. ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES.....	21
11.1. <i>A fornecedores</i>	21
11.2. <i>De clientes</i>	22
12. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS.....	22
12.1. <i>Saldos Devedores</i>	22
12.2. <i>Saldos Credores</i>	22
13. ACCIONISTAS.....	24
14. DIFERIMENTOS	24
14.1. <i>Ativo</i>	24
14.2. <i>Passivo</i>	24
15. CAPITAL REALIZADO	25
16. RESERVA LEGAL E OUTRAS RESERVAS	25
17. FINANCIAMENTOS OBTIDOS	26
17.1. <i>Empréstimos bancários</i>	26
17.2. <i>Custo de Financiamento</i>	28
18. RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	29
19. FORNECEDORES.....	29
20. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	29
21. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	30
22. GASTOS COM O PESSOAL.....	30
23. IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER.....	31
24. PROVISÕES DO EXERCÍCIO.....	32
25. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	32
26. OUTROS GASTOS E PERDAS	33
27. DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO.....	33
28. JUROS E GANHOS SIMILARES.....	34
29. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO.....	34
30. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS	36
31. GARANTIAS PRESTADAS	36
32. REEXPRESSÃO DAS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015	36
33. DIVULGAÇÕES SOBRE DIPLOMAS LEGAIS	37
34. OUTRA INFORMAÇÕES CUJA DIVULGAÇÃO SEJA CONSIDERADA RELEVANTE PARA COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS.....	37
35. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	37

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

1. Nota Introdutória

1.1. Identificação da Entidade

Denominação Social: ENAPOR - Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Natureza Jurídica: Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

Sede: Avenida Marginal, Cais Acostável, cidade do Mindelo, República de Cabo Verde.

Número de identificação Fiscal: 200487264

Matricula Comercial: 1168

A ENAPOR - Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A., adiante designada por “ENAPOR” ou “Empresa”, é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que adquiriu a sua configuração jurídica de Sociedade Anónima pelo Decreto regulamentar nº4/2001, de 4 de Junho, que aprovou os seus novos estatutos, alterado ainda pelo Decreto-Lei nº46/2013 de 14 Novembro, que tem por objeto a administração e gestão dos portos de Cabo Verde, bem como as áreas de jurisdição marítimas, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária pelo Decreto-Legislativo nº1/2013 de 12 Setembro e do Decreto-Lei nº31/2015 de 18 Maio, que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em escudos (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

1.2. Serviços Prestados

A ENAPOR presta os seguintes serviços:

- Gestão de postos de acostagem;
- Prestação dos serviços de amarração, armazenagem, rebocadores, pilotagem, serviços de estiva, serviços às mercadorias, serviços de equipamentos vários, recolha de resíduos, aguada e energia eléctrica;
- Manutenção dos canais de acesso;
- Prevenção e combate à poluição no mar;
- Sistemas de segurança;
- Manutenção de equipamentos, cais e terraplenos (áreas de acesso);
- Limpeza da área portuária;
- Atribuição de licenças no âmbito da sua área de jurisdição (terraplenos, “pipelines”, entre outros);
- Atribuição de concessões (Docas Recreio, Portos Pesca, Instalações Frigoríficas).

No âmbito das orientações da política nacional para o sector portuário, o desenvolvimento, ampliação e a modernização dos portos, bem como a facilitação do transporte marítimo inter-ilhas, a Empresa tem vindo a alterar o modelo de gestão ampliação modernização.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são como se segue:

2.1. Base da apresentação

As demonstrações financeiras da ENAPOR foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Cabo Verde, de acordo com as Normas de Relato Financeiro emitidas e em vigor à data do relato.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base na melhor experiência e conhecimento, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

2.2. Derrogação das disposições do SNCRF

A ENAPOR, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras do período a que respeitam, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas NRF, aprovadas e adotadas em Cabo Verde.

2.3. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras não são na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior. Esta situação deve-se à alteração da política contabilística que procedemos a partir deste exercício referente a mensuração de todos os registos ligados a Estiva (Nota 32).

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Moeda funcional e de Apresentação

A. Moeda Funcional

As demonstrações financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo, são apresentadas em milhares de Escudos de Cabo Verde (mECV), salvo indicação explícita em contrário.

3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos tangíveis encontram-se registados: (i) pelo valor de transferência atribuído aos bens quando a utilização e exploração dos mesmos transitaram para a Empresa; (ii) pelo valor relativo à doação, quando os mesmos foram integralmente doados à Empresa; e (iii) ao custo de aquisição que inclui o preço de fatura, as despesas de transporte, montagem e os encargos financeiros suportados durante o período de construção.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

Os ativos fixo tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados pelo custo de aquisição deduzido das depreciações acumuladas.

Os ativos tangíveis em curso refletem ativos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas por imparidade, sendo depreciados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes por duodécimos, aplicada a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso durante a sua vida útil estimada, baseando na nova legislação fiscal em vigor (Portaria nº42/2015).

As taxas de depreciação anuais médias utilizadas, atendendo ao período de vida útil estimada, podem resumir-se como segue:

	Taxas de Amortização (%)
Edifícios e outras construções	2 a 10
Equipamento básico	5 a 20
Equipamento de transporte	12,5 a 20
Equipamento administrativo	8,33 a 33,33
Outros Activos fixos tangíveis	10 a 25

As substituições de partes de equipamentos ou outros ativos tangíveis são registadas como ativos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos fixos, de acordo com a NRF 7.

Um item do ativo fixo tangível é desreconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do ativo, determinado pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada do ativo da data de alienação/abate é reconhecido em resultados como *Outros rendimentos ganhos* ou *Outros gastos e perdas*.

3.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento, mensuradas neste exercício, já faziam parte do cadastro dos ativos fixos tangíveis da empresa, e encontram-se escrituradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações ocorridas até a sua transferência para propriedades de investimento.

As depreciações são calculadas, sobre o valor de aquisição, pelo método das quotas constantes, em base, duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando de entre as taxas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Portaria nº42/2015), as que permitam a depreciação da propriedade, durante a sua vida útil estimada.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que são incorridos. As intervenções que aumentam a utilidade económica das propriedades são depreciadas durante o período de duração das mesmas.

O abate ou alienação das propriedades de investimento gera ganhos ou perdas que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida pela venda ou troca de ativos ou indemnizações recebidas por

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

sinistros. Os ganhos ou perdas são registados na demonstração dos resultados do período nas rubricas, respetivamente, *Outros rendimentos e ganhos* ou *Outros gastos e perdas*.

Os ativos intangíveis apenas são registados se for provável que dos mesmos advenham benefícios

3.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são registados se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela Empresa, identificáveis e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registadas como custo quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento num projeto interno.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes, durante um período de 3 anos.

3.5. Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se torna parte na respetiva relação contratual.

A. Caixa e depósitos bancários

Caixa e depósitos bancários incluem valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

i. Caixa

Compreende as notas, moedas e cheques não depositados. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa é reconhecida nos resultados do exercício.

ii. Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo nesta rubrica, são desmobilizáveis até um ano. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se refere, independentemente do seu recebimento posterior.

B. Contas a receber

As contas a receber não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas por imparidade estimadas.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

C. Financiamentos obtidos

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente Imposto de Selo), são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime de acréscimo (princípio da especialização dos exercícios), encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados à data do balanço, classificados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

D. Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros e são registadas pelo seu valor nominal, o qual se aproxima do custo amortizado.

3.6. Perdas por Imparidade

É efetuada uma avaliação para determinação de imparidades sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação, entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados decorrentes do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como dedução à rubrica de “Perdas por imparidade”. Contudo, a reversão da perda é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a referida perda não se tivesse registado em períodos anteriores.

3.7. Inventários

Os inventários (matérias-primas, subsidiárias e de consumo) encontram-se registados ao custo de aquisição. Esse custo compreende o preço da fatura, despesas de transporte, seguro e o custo de desalfandegamento menos o IVA dedutível, utilizando-se o Custo Médio Ponderado, como método de custeio das saídas.

As diferenças entre o valor pelo qual se encontram registados os inventários, conforme acima mencionado, e o respetivo valor estimado de realização, quando mais baixo, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício e encontram-se registadas na rubrica “Perdas por Imparidade”.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

3.8. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingente

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.9. Rédito e regime do acréscimo

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rédito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda. O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

Os rendimentos e gastos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de “Diferimentos” (ativos ou passivos), “Outras contas a receber” e “Outras contas a pagar”.

3.10. Encargos financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles até à data em que os mesmos se encontram disponíveis para uso, sendo os restantes reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração dos resultados do exercício (Nota 17.2).

Os eventuais rendimentos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis. Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos respetivos bens.

3.11. Responsabilidades Pós Emprego

As responsabilidades da Empresa relativas ao pagamento futuro de reformas antecipadas aos estivadores e outros trabalhadores, encontram-se registadas na rubrica de “Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego”.

3.12. Imposto Sobre o Rendimento do Período

O imposto sobre o rendimento (IRPC) inclui o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado líquido, ajustado em conformidade com a legislação fiscal vigente à data das demonstrações financeiras.

Ainda, decorrente da Lei nº82/2015 de 8 Janeiro, algumas despesas estão também sujeitas a tributação autónoma, de acordo com a lei e trata-se de um imposto direto que incide sobre determinados encargos do sujeito passivo de IRPC, independentemente de ter ou não gerado rendimento no período tributável. As taxas aplicáveis são de 10% e 40%, e ainda podem ser agravadas em 10% sempre que o sujeito passivo apresente resultado negativo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação. Para apuramento dos ativos e passivos por Impostos diferidos, a Empresa adota o disposto na NRF 22.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formal ou substancialmente emitidas à data do balanço.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos ativos. No

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Para além dos ativos por impostos diferidos acima indicados, não existiam em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, derivado da legislação fiscal em vigor em Cabo Verde, outras diferenças temporárias que originem o registo de ativos e passivos por impostos diferidos.

3.13. Classificação de balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras, são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

3.14. Subsídios

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Cabo-verdiano ou de outras entidades apenas quando existir segurança de que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos. Essas participações para aquisição de ativos fixos tangíveis são registadas no passivo como diferimentos, e reconhecidas na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações respetivas dos ativos fixos tangíveis.

3.15. Saldos e Transações Expressos em Moeda Estrangeira

As transações são registadas nas demonstrações financeiras na moeda funcional do país, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício.

3.16. Eventos Subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.17. Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo,

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os relacionados com a análise de imparidades em contas a receber.

4. Fluxos de Caixa

Na elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC) foi utilizado o método direto, sendo que esta demonstração é de grande importância para a análise da Empresa, porque evidencia as modificações ocorridas nas disponibilidades da Empresa. Um conceito importante é o de equivalente de caixa, que corresponde às Aplicações de Liquidez Imediata, e que representa as aplicações que podem ser resgatadas até 3 meses, apresentando, portanto, baixo risco de alteração de seu valor. A DFC é uma demonstração obrigatória ao abrigo da NRF 1.

Nos períodos de 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Numerário:		
Caixa	7.213	9.343
Depósitos bancários:		
Depósitos em Banca Comercial	455.802	461.771
Depósitos no Banco Central	-	10.954
Depósitos a Prazo	449.908	199.908
	905.710	672.632
Caixa e seus equivalentes	912.923	681.976

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, parte dos excedentes de tesouraria da empresa, estavam aplicados em Depósitos a Prazo com a maturidade de 12 e 6 meses. Os mesmos são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como um equivalente de caixa, pelo fato de poderem ser desmobilizados a qualquer momento. Em 31 de Dezembro de 2016 o detalhe destas aplicações é como segue:

Banco	2016	2015
Banco Comercial do Atlântico	149.908	49.908
Banco Angolano de Investimento	150.000	150.000
Ecobank	150.000	--
	449.908	199.908

Os Juros dos excedentes de tesouraria nos exercícios de 2016 e de 2015, foram como segue:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

	2016	2015
Juros de Depósito à Ordem	2.628	2.243
Juros de Depósito à Prazo	10.296	8.842
	12.925	11.085

5. Propriedades de Investimento

Os quadros seguintes resumem os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015:

Movimentos 2016

	Propriedade de Investimento	Propriedade de Investimento em Curso	Total
Ativo Bruto			
Saldo Inicial	0	0	0
Adições	0	0	0
Alienações e abates	0	0	0
Transferências	79.200	0	79.200
Saldo Final	79.200	0	79.200
Depreciações acumuladas			
Saldo Inicial	0	0	0
Adições	2.710	0	2.710
Alienações e abates	0	0	0
Transferências	49.578	0	49.578
Saldo Final	52.288	0	52.288
Valor Líquido	26.912	0	26.912

Movimentos 2015

	Propriedade de Investimento	Propriedade de Investimento em Curso	Total
Ativo Bruto			
Saldo Inicial	0,0	0,0	0,0
Adições	0,0	0,0	0,0
Alienações e abates	0,0	0,0	0,0
Transferências	0,0	0,0	0,0
Saldo Final	0,0	0,0	0,0
Depreciações acumuladas			
Saldo Inicial	0,0	0,0	0,0
Adições	0,0	0,0	0,0
Alienações e abates	0,0	0,0	0,0
Transferências	0,0	0,0	0,0
Saldo Final	0,0	0,0	0,0
Valor Líquido	0,0	0,0	0,0

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

6. Ativos Fixos Tangíveis

Os quadros seguintes resumem os movimentos ocorrido nos exercícios de 2016 e de 2015, nos ativos fixos tangíveis e respetivas amortizações acumuladas é como segue:

Movimentos 2016	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamentos Básicos	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Total
Ativo Bruto								
Saldo Inicial	296.003	6.264.234	3.655.920	350.469	426.838	95.154	172.729	11.261.346
Adições	-	-	727	4.400	6.645	758	153.478	166.007
Alterações e abates	-	-	-	-	(3.467)	-	-	(3.467)
Transferências	-	(69.939)	5.862	2.100	9.257	4.707	(23.683)	(71.695)
Saldo Final	296.003	6.194.295	3.662.509	356.969	439.273	100.620	302.523	11.352.192
Depreciações acumuladas								
Saldo Inicial	-	2.820.560	2.644.350	310.195	378.116	85.036	-	6.238.258
Adições	-	199.058	203.903	30.721	19.397	3.767	-	456.845
Alterações e abates	-	-	-	-	(3.474)	-	-	(3.474)
Regularizações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	(49.578)	-	-	-	-	-	(49.578)
Saldo Final	-	2.970.040	2.848.253	340.916	394.039	88.802	-	6.642.050
Valor Líquido	296.003	3.224.255	814.256	16.053	45.234	11.817	302.523	4.710.141

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

Movimentos 2015		Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamentos Básicos	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Ativos Fijos Tangíveis	Ativos Fijos Tangíveis em Curso	Total
Ativo Bruto									
Saldo Inicial	296.003	6.173.579	3.665.812	361.917	417.778	89.859	152.768	11.157.716	
Adições	-	93.686	16.788	3.415	14.076	3.472	128.592	260.028	
Alterações e abates	-	(3.105)	(26.606)	(14.862)	(5.255)	(501)	-	(50.330)	
Transferências	-	74	(74)	-	239	2.324	(108.631)	(106.068)	
Saldo Final	296.003	6.264.234	3.655.920	350.469	426.838	95.154	172.729	11.261.346	
Depreciações acumuladas									
Saldo Inicial	-	2.621.623	2.455.980	263.330	365.213	79.738	-	5.785.884	
Adições	-	201.189	215.125	57.877	21.932	5.849	-	501.972	
Alterações e abates	-	(2.326)	(26.680)	(11.012)	(9.268)	(501)	-	(49.787)	
Regularizações	-	-	-	-	83	(50)	-	32	
Transferências	-	74	(74)	-	156	-	-	156	
Saldo Final	-	2.820.560	2.644.350	310.195	378.116	85.036	-	6.238.258	
Valor Líquido	296.003	3.443.674	1.011.570	40.274	48.721	10.119	172.729	5.023.089	

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

Dos ativos fixos tangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, destacamos os constantes da tabela abaixo:

	2016	2015
Projeto Terminal Cruzeiros do Porto Grande	178.725	127.851
Projeto Modernização e Expansão Porto Palmeira - 2ª Fase	44.637	33.178
Pavimento Cais 1,2 e 5-Porto Grande	33.176	-
Equipamento de Segurança Informática	13.456	-
Remod. Armazém e Construç. Parque Estacionamento -P. Grande	11.397	-
Construção Edifício Estiva -Porto Grande	8.721	-
Projeto Aquisição Rebocador	4.584	-
Iluminação Porto Inglês	3.592	-
Aquisição Basculas Móveis	-	3.292
Construção Refeitório -Porto Grande	-	2.690
Projeto Energias Renováveis	-	1.737
Outros	4.233	3.981
	302.523	172.729

7. Ativos Intangíveis

Os quadros seguintes resumem os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015:

Movimentos 2016			
	Programas de computador	Ativos Fixos Intangíveis em Curso	Total
Ativo Bruto			
Saldo Inicial	169.456	-	169.456
Adições	138	10.355	10.493
Alterações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo Final	169.594	10.355	179.949
Depreciações acumuladas			
Saldo Inicial	151.349	-	151.349
Adições	17.806	-	17.806
Alterações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo Final	169.155	-	169.155
Valor Líquido	438	10.355	10.794

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

Movimentos 2015

	Programas de computador	Ativos Fixos Intangíveis em Curso	Total
Ativo Bruto			
Saldo Inicial	168.634	-	168.634
Adições	120	-	120
Alterações e abates	-	-	-
Transferências	702	-	702
Saldo Final	169.456	-	169.456
Depreciações acumuladas			
Saldo Inicial	128.107	-	128.107
Adições	23.242	-	23.242
Alterações e abates	-	-	-
Transferências	-	-	-
Saldo Final	151.349	-	151.349
Valor Líquido	18.107	-	18.107

Os ativos intangíveis são constituídos essencialmente por softwares diverso utilizado pela Empresa na sua atividade.

Dos ativos intangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, destacamos o constante da tabela abaixo:

	2016	2015
Projeto Check-in Passageiros e Bagagens	10.355	-
	10.355	-

8. Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica de *Outras contas a receber* apresentava o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

8.1. Não Corrente a Receber

	2016	2015
Outras Contas a receber - ativo não corrente		
Adiantamentos aos Trabalhadores	10.462	14.011
	10.462	14.011

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

Em 31 de Dezembro de 2016, existiam adiantamentos efetuados ao pessoal referente a vários tipos de empréstimos e outros adiantamentos concebidos, no montante de mECV 11.544 a médio longo prazo.

8.2. Corrente a Receber

	2016	2015
Outras Contas a receber - ativo corrente		
Adiantamentos aos Trabalhadores	5.501	7.858
Outras contas a receber	93.914	85.982
	<u>99.414</u>	<u>93.840</u>

Em 31 de Dezembro de 2016, existiam adiantamentos efetuados ao pessoal referente a vários tipos de empréstimos e outros adiantamentos concebidos no montante de mECV 5.501 a curto prazo.

A rubrica *Outras contas a receber* em 31 de Dezembro de 2016 inclui o montante de mECV 28.870 (mECV 28.870 em 31 de Dezembro de 2015) relativo às contas a receber da antiga entidade “Arca Verde”, a qual se encontra sob tutela do Governo de Cabo Verde.

Todos os empréstimos referidos, destinam-se à aquisição ou melhoria de habitação, despesas com formação ou aquisição de viatura própria e para tratamento médico no exterior, sendo os mesmos concedidos no âmbito da reserva para fins sociais. Estes empréstimos vencem juros a taxa estabelecido pelo Banco Central, cumprindo com o disposto na Lei nº 82/VIII/2015 de 8 Janeiro.

8.3. Corrente a Pagar

A rubrica *Outras contas a pagar* apresenta os seguintes movimentos no passivo corrente:

	2016	2015
Outras contas a pagar - passivo corrente		
Fornecedores de imobilizado	604	4.183
Encargos com remuneração férias	133.533	129.537
Remunerações a regularizar	16.104	13.485
Juros a pagar de projetos	7.732	10.888
Juros a pagar de equipamentos	8.650	8.767
Credores diversos por acréscimo	-	6.073
Outros credores diversos	1.588	2.334
	<u>168.210</u>	<u>175.267</u>

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

O montante em dívida a fornecedores de ativos fixos registado como passivo corrente no montante de mECV 604, inclui basicamente montantes referentes a aquisição de ativos informáticos.

Na rubrica de “Juros a pagar de projetos” encontra-se registado o juro suportado essencialmente com o empréstimo de financiamento obtido para a obra de expansão da Palmeira no montante de mECV 7.732.

Na rubrica “Juros a pagar de equipamentos” encontram-se registados principalmente os juros respeitantes ao financiamento para a construção dos 3 scanners de contentores nos montantes de mECV 6.288 e mECV 2.309 respeitante ao financiamento para a construção de Navio.

Encontra-se registado na rubrica “Encargos com remunerações de férias” as responsabilidades da Empresa com os trabalhadores (conforme disposto no Código laboral) referentes a férias a pagar e as contribuições com a Previdência Social, as quais correspondem a 15% das remunerações de férias a serem processadas.

9. Inventários

9.1. Inventários

Em 31 Dezembro de 2016 e de 2015, não foi identificado inventários obsoletos ou inutilizáveis, nem com valores de realização inferiores aos valores contabilísticos. Nas circunstâncias, ambos os exercícios, não foi reforçada a imparidade já constituída.

Os montantes dos *Inventários* em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 eram os seguintes:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016

(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

	2016	2015
Inventários		
Inventário - Combustíveis e Lubrificantes	1.926	1.731
Inventário - Material Conservação e Reparação	2.808	1.515
Inventário - Vestuário, Fardas e Utensíl. Domésticos	518	740
Inventário - Acessórios p/Equip. Hidráulico	51.208	39.706
Inventário - Pneumáticos e Acessórios	9.975	30.411
Inventário - Tintas e solventes Diversos	17	9
Inventário - Utensílios de Descarga	5.323	6.391
Inventário - Materiais e Artigos Escritório	464	1.592
Inventário - Outros não especificados	70	945
Total	72.309	83.040
Em Transito		
Em Transito - Mat. Constr Civil e Serralharia e Outros	111	-
Em Transito - Acessór. p/Equip. Hidráulico	3449	-
Em Transito - Outros Material e Artigos Diversos	31	-
Total	3.591	-
Perdas por Imparidade		
Imparid.Invent.-Material Conservação e Reparação	(1.747)	1.747
Imparid.Invent. - Acessórios p/Equip. Hidráulico	(29.592)	29.592
Imparid.Invent. - Utensílios de Descarga	(5.891)	(5.891)
Imparid.Invent. - Outros não especificados	(760)	(760)
Total	(37.991)	37.991
Valor Líquido Inventários	37.909	45.049

No período em análise é entendimento do Conselho de Administração que o montante reconhecido nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2016 continua a corresponder às possíveis perdas de realização estimadas com estes ativos.

9.2. Gastos com as Matérias Consumidas

Os custos com inventários em 2016 e em 2015 e incluído na rubrica *Gastos com as matérias consumidas*, foi a seguinte:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

	2016	2015
Combustíveis e Lubrificantes	20.892	22.657
Material Conservação, Reparação	1.719	1.933
Vestuários, Fardas, Utensílios, Domésticos	202	307
Acessórios p/Equipamentos Hidráulicos	7.438	9.417
Pneumáticos e seus Acessórios	13.338	14.013
Tintas e solventes Diversos	715	734
Utensílios de Descarga	393	696
Materiais e Artigos Escritório	1.987	1.705
Outros não especificados	354	240
Total	47.036	51.703

A rubrica “Gastos com matérias consumidas” é relativa a gastos incorridos pelo consumo de vários materiais. O movimento desta rubrica nos exercícios de 2016 e 2015 é como se segue:

	2016	2015
Inventários iniciais	83.040	76.832
Compras	39.895	57.911
Inventário em Transito	(3.591)	-
Inventários finais	(72.309)	(83.040)
	47.036	51.703

10. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica Clientes tem a seguinte composição:

	2016	2015
Quantia bruta		
Clientes conta corrente	342.595	374.469
Clientes - acréscimos de rendimentos	15.973	74.966
Clientes de cobrança duvidosa	218.511	144.013
Total	577.080	593.448
Perdas por Imparidade	(211.825)	(143.285)
Quantia escriturada	365.255	450.163

A rubrica “Clientes acréscimo de rendimento” no montante de mECV 15.973, refere-se aos serviços já prestados, nomeadamente serviços de armazenagem e de tráfego, mas que não se encontram faturados em 31 de Dezembro de 2016.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

O detalhe dos principais clientes em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é como se segue:

Clientes	2016	2015
ARFA	73.473	73.473
Agência Navegação Limage, Lda	43.127	28.978
Atunlo CV, S.A	34.696	358
Cabocem	21.466	21.620
Direção Geral das Alfandegas	21.237	19.090
PMAR CV, Agencia de Navegação, Lda	20.369	-
Vivo Energy Cabo Verde, Sa	18.087	19.326
Portmar, Agência de Navegação	17.207	23.955
Maersk Line Cabo Verde, Unipessoal, S.A	16.353	7.662
Comando Nacional da Guarda Fiscal	16.078	14.534
Moave	15.399	11.941
Enamar Sociedade Transporte Marítimos. SA	15.150	9.077
Agenavs, Lda	13.572	17.301
Agência Nacional de Viagens – ANV Praia SARL	13.031	10.585
Cimpor Cabo Verde, SA	11.978	16.016
Agência Nacional de Viagens – ANV SARL	11.671	3.434
Draga Praia Mar, S.A	11.591	11.591
Polar Agência Marítima	11.582	10.770
S.T.M. - Soc. de Transp. Marítimos, Lda	10.950	25.080
Cabo Verde Fast Ferry	10.018	5.424
Ministério das Finanças e Planeamento	7.628	7.628
Shipping Agência Viking, Lda	7.398	10.695
Enacol, SA	5.631	5.525
CSA - Shipping Agency	5.222	2.237
Outros	144.166	237.148
	577.080	593.448

11. Adiantamentos a Fornecedores e adiantamentos de clientes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos de adiantamento de fornecedores e de adiantamento de clientes eram como segue:

11.1. **A fornecedores**

	2016	2015
Adiantamentos a Fornecedores Nacionais	3.344	3.342
	3.344	3.342

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

11.2. De clientes

	2016	2015
Adiantamentos de clientes	7.616	25.714
	<u>7.616</u>	<u>25.714</u>

O saldo da rubrica “Adiantamentos de clientes” em 31 de Dezembro de 2016 corresponde aos adiantamentos efetuados por clientes a data do fecho do exercício, por serviços já prestados no decorrer do exercício de 2016.

Em relação aos adiantamentos a Fornecedores, o mesmo é referente a antecipação de valores por conta de fornecimentos a decorrer no 1º semestre de 2017.

12. Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

12.1. Saldos Devedores

	2016	2015
Imposto a Recuperar	11.506	16.055
Imposto sobre o Valor Acrescentado	339.909	289.707
Outros Impostos	570	1.919
	<u>351.984</u>	<u>307.682</u>

A Empresa em Janeiro de 2017 para além de solicitar o reembolso de IVA de 2016, no montante de mECV 49.344, ira conjuntamente requerer a restituição de IVA concernente a 2011 e anos seguintes (mECV 284.806 de pedidos de reembolso acumulados em 31 de Dezembro de 2016), tendo recebido o IVA referente aos exercícios de 2010 e anteriores, no montante de mECV. 386.854, no início de 2013.

12.2. Saldos Credores

A Enapor não tinha quaisquer dívidas em situação de mora com o Estado e outros entes públicos.

Nas referidas datas, as dívidas ao Estado tinham a seguinte composição:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

	2016	2015
Imposto s/Rendimento Estimado	86.794	2.601
IUR Pessoal	20.251	18.230
Outros Impostos	11.745	5.871
Previdência Social	30.592	32.521
S.O.A.T	329	399
	149.710	59.621

O montante de mECV 30.592 em dívida à Previdência Social, corresponde aos encargos sobre as remunerações do mês de Dezembro da responsabilidade da Empresa e dos trabalhadores.

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos:

- i) Previdência social – A contribuição da Empresa corresponde a 15% das remunerações com carácter regular dos empregados.
- ii) Direitos aduaneiros – Este imposto incide sobre as importações de bens efetuadas pela Empresa. Estes direitos são variáveis e calculados de acordo com a tábua aduaneira em vigor.
- iii) Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas – Este imposto é apurado com base nos resultados da Empresa, correspondendo para os contribuintes do regime normal (método da verificação) a uma taxa de 25% sobre a matéria coletável. Para o apuramento da matéria coletável, são reduzidos aos resultados da Empresa os proveitos relativos a provisões tributadas em anos anteriores e outros benefícios fiscais em vigor e acrescidos, essencialmente, os gastos não dedutíveis, de entre vários destaca-se os não devidamente documentadas, imparidades e provisões não aceites fiscalmente, IUP, correções de impostos e custos relativos a exercícios anteriores apurados e reconhecidos no exercício. Em resultado do novo CIRPC, que entrou em vigor no exercício de 2015, em relação aos pagamentos por prestação de serviços efetuados por entidades não residentes a Empresa encontra-se a efetuar a retenção na fonte à taxa liberatória de 20% sobre o valor dos serviços faturados quando não é aplicável os acordos de dupla tributação.
- iv) Tributação Autónoma - esta taxa que entrou em vigor em 2015, aplica-se a um leque de despesas principalmente benefícios atribuídos a trabalhadores, na sua maioria a 10%, ainda incide sobre despesas não documentadas, aqui a 40%. Ainda podem ser agravadas em 10%, caso a empresa tenha prejuízo fiscal no período de tributação.
- v) Imposto sobre o Valor Acrescentado – Este imposto incide sobre as compras e as vendas efetuadas pela Empresa a uma taxa única de 15%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2012 a 2016 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correções, resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais à situação fiscal e parafiscal da Empresa dos exercícios em aberto para inspeção, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

13. Accionistas

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de “Accionista / sócios” é constituída como se segue:

	2016	2015
Adiantamentos	4.424	4.424
	<u>4.424</u>	<u>4.424</u>

O montante a receber de mECV 4.424 é referente a obras realizadas por conta do Estado Caboverdiano e pagamentos efetuados por solicitação do mesmo. Nesta data não existe dividendos a serem distribuídos.

14. Diferimentos

Os saldos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 eram os seguintes:

14.1. Ativo

	2016	2015
Rendas	230	191
Fiscalização da baía do porto grande e praia	2.000	2.000
Materiais de publicidade	2.461	-
Prémios seguros antecipados	4.075	2.232
Outros gastos a reconhecer	3.200	-
	<u>11.966</u>	<u>4.423</u>

O saldo da rubrica “Prémios de seguros antecipados” no montante de mECV 4.075, é relativo a prémios de seguros pagos em 2016 relativos a períodos de cobertura no exercício de 2017. Consequentemente, o gasto será reconhecido no período posterior.

14.2. Passivo

	2016	2015
Subsid. Governo de Cabo Verde	45.453	51.220
Subsid. Governo Holandês	170.939	153.575
Subsid. Governo USA	-	26.012
Rendas dominiais	10.497	6.821
Outros	3.981	59
	<u>230.870</u>	<u>237.687</u>

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

Na sequência da política contabilística vigente na Empresa e referida na Nota 3.14, a Empresa reconheceu como rendimento na demonstração dos resultados do exercício de 2016, o montante de mECV 39.328 (Nota 25), relativo ao reconhecimento como rendimento das comparticipações recebidas a fundo perdido do Governo Holandês as obras de expansão do Porto Grande, do Governo de Cabo Verde a rampa metálica do Porto Tarrafal, Porto Novo e Porto Grande, assim como o pacote de equipamento portuários financiados a fundo perdido pelo Millennium Challenge Corporation (MCC) do Governo dos Estados Unidos da América. O saldo relativo a “Fiscalização da baía do Porto Grande e Praia” no montante de mECV 2.000, é relativo a acordos assinados pela empresa e a Guarda Costeira e que foram pagos antecipadamente, pelo que o gasto será reconhecido no período seguinte.

Foi reconhecido no Subsídio Governo Holandês o montante de mECV 24.495 de subsídio recebido do Fundo ORIO referente a comparticipação de 50% a fundo perdido, nos gastos com os estudos para a construção do Terminal Cruzeiros do Porto Grande e para a aquisição de um Rebocador para o Porto da Praia e ainda recebeu-se do Fundo BADEA mECV 4.400 para aquisição de equipamentos.

15. Capital Realizado

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o capital é detido na sua totalidade por um único acionista, o Estado de Cabo Verde, através da Direção geral do Tesouro.

O capital social está fixado em 1.200.000 mECV, e está constituído por 120.000 ações, de valor nominal de mECV 10 cada.

16. Reserva Legal e Outras Reservas

Estas rubricas são detalhadas da seguinte forma, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Reserva Legal	61.227	59.812
	61.227	59.812
Reserva Geral	813.269	813.269
Reservas para Investimentos	510.684	510.684
Reservas para Melhoramentos	73.418	73.418
	1.397.370	1.397.370

Por deliberação da Assembleia Geral de 9 de Novembro de 2016, o resultado líquido do exercício de 2015, foi aplicado como segue:

	2016
Reserva legal	1.415
Resultados transitados	26.888
	28.303

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

Reserva legal: esta reserva deve ser constituída pela parcela mínima de 5% sobre os resultados líquidos de cada exercício que, anualmente lhe for destinada, até ser atingida a quinta parte do capital social e só pode ser utilizada para cobrir os prejuízos transitados que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e/ou para incorporação no capital social.

Reserva geral: esta reserva é constituída pela afetação no mínimo de 10% dos resultados líquidos de cada exercício, e só poderá ser utilizada para: (i) cobertura do prejuízo do exercício que não possa ser coberto pela utilização de outras reservas; (ii) cobertura de prejuízos transitados que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas; e (iii) para incorporação no capital estatutário.

Reserva para investimentos: esta reserva é constituída pela parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e/ou pelas receitas provenientes de doações de que a Empresa seja beneficiária e destinada a esse fim.

Reserva para melhoramentos: esta reserva é constituída pela parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe for anualmente destinada e/ou pelas receitas provenientes de doações de que a Empresa seja beneficiária e destinada a esse fim.

No decurso do exercício de 2012 a Empresa reconheceu em *Resultados transitados* o resultado líquido do exercício de 2012 (mECV 172.544) e vem cobrindo esse prejuízo transitado com os resultados líquidos dos últimos exercícios, conforme prescrito no nº1 do artigo 135º do Código das Empresas Comerciais. Em 31 de Dezembro de 2016 o saldo dos *Resultados transitados* é de mECV -121.626.

17. Financiamentos Obtidos

17.1. Empréstimos bancários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 os montantes dos financiamentos obtidos eram os seguintes:

Entidade Bancária	Saldo em 31 de Dezembro 2016						Saldo em 31 de Dezembro 2015		
	Ano Contração Empréstimo	Montante Obtido	Montante Liquidado	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Saldo Total em Dívida	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	Saldo Total em Dívida
Empréstimo do Estado (AID) (a)	1993	45.388	-	-	45.388	45.388	-	45.388	45.388
BIA - Projeto Transbordo Porto Grande (b)	2007	90.286	(90.286)	-	-	-	15.618	-	15.618
BEI - Expansão Porto Palmeira (c)	2009	2.483.185	(594.657)	150.898	1.737.630	1.888.529	149.960	1.888.529	2.038.488
EXIMBANK-CHINA - Construção 3 Scanners (d)	2009	1.240.125	(175.625)	87.606	976.894	1.064.500	90.318	1.096.486	1.186.805
BCA - Construção Navio (e)	2010	382.624	(212.064)	58.378	112.183	170.560	54.381	171.076	225.457
BCN - Aquisição 2 Gruas (f)	2013	70.000	(61.694)	8.306	-	8.306	18.910	8.306	27.217
TOTAIS		4.311.608	(1.134.325)	305.188	2.872.095	3.177.283	329.188	3.209.785	3.538.972

(a) Empréstimo subsidiário concedido em 18 de Junho de 1993 pela AID ao Estado Caboverdiano, que posteriormente o cedeu à Empresa para financiamento de projetos ao abrigo do Programa de Infra-estruturas e Transportes, nomeadamente do novo sistema de informação de gestão e dos trabalhos de fiscalização das obras de expansão do Porto Grande. Este empréstimo é expresso em Dólares dos Estados Unidos da América e apesar de inicialmente se encontrar previstas 40 prestações semestrais iguais com início em Dezembro de 2003, vencendo juros à taxa anual de 7,5%, o Conselho de Administração considera que o seu reembolso não

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

deverá ocorrer no exercício de 2017. Este empréstimo encontra-se garantido pelo Estado de Cabo Verde.

(b) Durante o exercício de 2007, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BIA para a segunda fase do projeto de transbordo para o Porto Grande, o qual foi reduzido para mECV 90.286. A amortização do empréstimo é efetuada através de rendas trimestrais no montante de mECV 5.389 (incluindo juros) com início em 22 de Dezembro de 2011, durante um período de 10 anos, vencendo juros à taxa anual de 7%. Para a obtenção deste empréstimo foi prestada uma garantia pela Direção Geral do Tesouro em representação do Estado de Cabo Verde pelo montante total do empréstimo. Em 31 de Dezembro de 2016, a Empresa não tem registado qualquer responsabilidades, dado que terminou a amortização do referido empréstimo no decorrer do exercício económico de 2016.

(c) O empréstimo concedido pelo BEI no montante de mECV 2.483.185 será amortizado em 20 anos. De acordo com o contrato assinado entre o BEI e o Governo de Cabo Verde, no momento da solicitação dos desembolsos foi indicado o modelo de taxa de juros a aplicar à respetiva tranche, sendo que durante os exercícios de 2009 a 2011, os montantes recebidos foram como se segue:

- 1ª tranche (26/09/2009) – 3.400.000 Euros – Taxa fixa (5,094%)
- 2ª tranche (22/12/2009) – 4.396.110 Euros – Taxa Variável
- 3º tranche (30/09/2010) – 7.819.867 Euros – Taxa Variável
- 4ª tranche (17/02/2011) – 6.904.182 Euros – Taxa Variável

No final da utilização do empréstimo, será efetuado uma média das diferentes taxas aplicadas a cada uma das tranches de forma a fixar a taxa de juro final do empréstimo. O empréstimo tinha um período de carência de 5 anos e tem o aval do Estado de Cabo Verde, tendo sido assinado um acordo de retrocessão com o tesouro em 2008, tendo iniciado a sua amortização em 2013. Em 31 de Dezembro de 2016, a Empresa tem como responsabilidades o montante de mECV 1.888.529, sendo que a Empresa tem registado como responsabilidades a curto prazo o montante de mECV 150.898 e como responsabilidades a médio e longo prazo o montante de mECV 1.737.630.

(d) O empréstimo concedido pelo EXIMBANK - CHINA no montante de 87.010.000 Yuan RMB, ficou-se pelo valor de 85.045.963,63 Yuan RMB, o qual têm o aval do Estado, tendo sido assinado durante o exercício de 2009. O empréstimo será amortizado em 20 anos, vencendo juros à taxa de 2%, tendo um período de carência de capital de 5 anos, sendo. Os montantes recebidos foram como se segue:

- 1ª tranche (07/08/2009) – mECV 371.085
- 2ª tranche (14/12/2009) – mECV 741.769
- 3ª tranche (19/12/2011) – mECV 127.271

Em 31 de Dezembro de 2016, a Empresa tem como responsabilidades em moedas caboverdeanas o montante de mECV 1.064.500, tendo o início da sua amortização ocorrido em 2014, pelo que se encontra registado como responsabilidade a curto prazo o montante mECV 87.606 e como encargo a médio e longo prazo valor de mECV 976.894.

(e) Durante o exercício de 2009, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BCA para a construção de um Navio para o reforço da segurança das baías portuárias. O prazo de utilização deste empréstimo é de 12 meses renovável automaticamente na modalidade de conta-corrente caucionada até ao montante máximo de mECV 400.000, sendo que o montante utilizado foi de apenas mECV 382.624. A amortização do empréstimo é efetuada através de rendas mensais durante um período de 28 meses, em prestações de mECV 17.058 trimestrais, vencendo juros à taxa anual de 6,75%, com início em 15 de Outubro 2011. Para a obtenção deste empréstimo foi prestada uma garantia pela Direção Geral do Tesouro em representação do Estado de Cabo Verde pelo montante total do empréstimo contratado. Em 31 de Dezembro

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

de 2016, a Empresa tem como responsabilidades a curto prazo o montante de mECV 58.378 e como responsabilidades a médio e longo prazo o montante de mECV 112.183, após renegociação do plano de pagamentos daquele empréstimo no decurso do exercício de 2013.

(f) Durante o exercício de 2012, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BCN no montante de mECV 70.000, para financiar a aquisição de duas Gruas, para o Porto Sal Rei e Porto Grande. A utilização do referido valor só ocorreu em Abril de 2013 com a confirmação da boa receção dos equipamentos. A amortização do empréstimo é efetuada através de rendas mensais durante um período de 48 meses, em prestações de mECV 1.693 mensais, vencendo juros à taxa anual de 7,5%, com início em 1 de Maio 2013. Para a obtenção deste empréstimo a ENAPOR, prestou uma garantia pelo montante total dos equipamentos adquiridos. Em 31 de Dezembro de 2016, a Empresa tem apenas como responsabilidades a curto prazo o montante de mECV 8.306.

Em 31 de Dezembro de 2016, o plano de pagamentos futuros destes empréstimos é como se segue:

Financiamentos Obtidos

Financiamentos Obtidos	Montante em Dívida em 31-12-2016	2017	2018	2019	2020	2021 e Seguintes
Empréstimo do Estado (AID) (a)	45.388	-	45.388	-	-	-
BEI - Expansão Porto Palmeira (c)	1.888.529	150.898	151.885	152.923	-	1.432.822
EXIMBANK-CHINA - Construção 3 Scanners (d)	1.064.500	87.606	87.606	87.606	87.606	714.076
BCA - Navio Patrulha (e)	170.560	58.378	62.216	49.967	-	-
BCN - Aquisição 2 Gruas (f)	8.306	8.306	-	-	-	-
TOTAIS	3.177.283	305.188	347.094	290.496	87.606	2.146.899

Para além das garantias e responsabilidades acima descritas, os empréstimos contraídos pela Empresa não apresentam *covenants* aos quais a Empresa esteja obrigada ao seu cumprimento.

O Conselho de Administração da Empresa confirma o pleno cumprimento de todas as obrigações decorrentes destes financiamentos.

17.2. Custo de Financiamento

	2016	2015
Juros de Financ..Projetos e Obras	40.131	49.463
Juros de Financ. Equipamentos	30.878	42.127
Outros Juros Financiamento	57	448
Diferencias Cambiais	-	134.798
	71.066	226.836

As perdas financeiras são compostas pelos juros suportados com as várias modalidades de financiamento (varia entre 2% à 7,5%) que a Empresa contratada para financiar os projetos de obras e equipamentos, nos montantes de mECV 40.131 e de mECV 30.878, respetivamente.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

18. Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, o saldo da rubrica responsabilidade por benefícios pós emprego, tinha a seguinte decomposição:

	Saldo em 31 de Dezembro 2016			Saldo em 31 de Dezembro 2015		
	Corrente	Não corrente	Total Passivo	Corrente	Não Corrente	Total Passivo
Reforma Incentivada Antecipada	-	-	-	379	251	630
Complemento de Reforma Antecipada	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	379	251	630

No decorrer do exercício de 2016 as responsabilidades da empresa, para com o processo terminaram com a passagem do ultimo trabalhador para a responsabilidade do INPS, o atingir a idade de reforma.

19. Fornecedores

A rubrica Fornecedores apresenta os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015:

	2016	2015
Fornecedores c/Corrente	79.965	68.605
Fornecedores Fact. em Receção Conferência	2.076	2.503
Fornecedores Por Acréscimo Gastos	4.987	135
	87.028	71.244

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – faturas em receção e conferência, correspondem essencialmente às obras realizadas e compras e aquisições de consumos já rececionados nos nossos armazéns e já conferidos, mas ainda não faturados pelos fornecedores à data de balanço.

20. Prestação de Serviços

As prestações de serviços estão relacionados com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na introdução a este anexo:

	2016	2015
Movimentação de Mercadorias	1.738.802	1.667.568
Aluguer de Equipamentos Portuários	163.153	154.257
Serviço Prestado ao Navio	101.513	101.603
Taxas Portuárias	655.426	613.165
Serviços Secundários	107.400	114.121
Descontos e Abatimentos	(2.701)	(5.988)
Total	2.763.594	2.644.726

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

O aumento verificado nos rendimentos de movimentação de mercadorias e taxas portuárias, resulta do aumento verificado no exercício, principalmente no tráfego de mercadorias que influenciou o crescimento verificado.

21. Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2016	2015
Água	18.416	16.676
Electricidade	80.005	103.019
Combustíveis e outros fluidos	13.940	23.155
Conservação e Reparação	54.000	42.640
Material de escritório	5.822	6.339
Publicidade e Propaganda	15.752	10.427
Limpeza Higiene e Conforto	21.603	17.186
Rendas e Alugueres	22.655	5.487
Despesas de Representação	344	2.395
Comunicação	15.822	16.142
Seguros	22.342	24.275
Vigilância e segurança	72.476	79.500
Royalties	11.045	3.749
Honorários / Consultoria	80.662	58.968
Transporte de Pessoal	24.165	16.853
Deslocações e Estadias	26.656	24.821
Serviços Bancários	1.208	2.628
Outros	17.253	17.087
	504.164	471.346

O saldo da rubrica “Fornecimento e serviços externos” em 31 Dezembro demonstra um acréscimo dos gastos em mECV 32.818, principalmente devido ao crescimento ocorrido nos honorários/consultoria e rendas e alugueres, apesar de decréscimo na electricidade entre outros. O saldo da rubrica honorários/consultoria em 31 de Dezembro de 2016 no montante de mECV 80.662 é constituído principalmente por gastos com estudos e projetos técnicos no âmbito dos projetos em curso, nomeadamente reformulação do sector portuário, terminal de cruzeiros e outros estudos para permitir a tomada de decisões.

22. Gastos com o Pessoal

O numero medio de trabalhadores da ENAPOR nos períodos findos em 31 Dezembro de 2016 e 2015, atenta a natureza do vinculo contratual, foi o seguinte:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

	2016	2015
Pessoal Administrativo	417	417
Corpo de Estiva	509	503
	926	920

O quadro abaixo resume os gastos com o pessoal:

	2016	2015
Remunerações dos Órgãos Sociais	17.383	18.941
Remunerações do Pessoal (i)	934.186	926.556
Remunerações Adicionais	229.924	216.201
Indemnizações ao Pessoal	7.760	5.345
Encargos s/Remunerações	170.636	161.081
SOAT	4.281	4.922
Formação Profissional	1.982	5.318
Ação Médico-Medicamentosa	399	872
Festividades da empresa	5.628	5.990
Outros Gastos c/Pessoal	3.289	4.953
Total	1.375.465	1.350.180

i. Comporta todos as remunerações do pessoal administrativo e do corpo da estiva.

O aumento nos gastos com o pessoal foi provocado principalmente por gastos com o corpo de estiva, que foi influenciado pelo aumento na atividade portuária.

A partir de 2016 os gastos com a estiva de bordo passaram a ser contabilizados como gastos de pessoal e para esse efeito foi reexpressado as contas de 2015 para efeitos de comparabilidade (Nota 32).

As remunerações adicionais, em 2016, são compostas por várias rubricas adicionais ao salário, destacando-se as horas extraordinárias de mECV 26.617 (mECV 28.684 em 2015), a isenção horaria no montante de mECV 45.874 (mECV 44.856 em 2015), o subsídio de ferias estiva no montante de mECV 26.288 (mECV 20.784 em 2015) e ainda o subsídio de natal estiva no montante de mECV 123.466 (mECV 15.187 em 2015).

23. Imparidade de Dívidas a Receber

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2016 e de 2015 foram os seguintes:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

	2016	2015
Saldo Inicial	143.285	94.916
Movimentos no Exercício:		
Aumentos	125.084	66.528
Reversões	-	-
	125.084	66.528
Utilização	(56.544)	18.159
Saldo Final	211.825	143.285

As perdas por imparidade acumuladas em 31 de Dezembro de 2016 ascendem a mECV 211.825 (mECV 143.285 em 2015).

Depois de uma análise à vários clientes com saldos com mais de 365 dias vencidos, o Conselho de Administração identificou um conjunto de valores a receber que representam um elevado risco de recuperabilidade, por isso efetuou um reforço em 2016 de mECV 125.084 (mECV 66.528 em 2015).

Depois do Conselho de Administração ter constatado que vários créditos já não serão recuperados pelo facto das empresas terem deixado de existir á já algum anos, alguns devido ao afundamento dos seus navios ou por deixarem de ter navio para explorar, foi autorizado que fossem considerados incobráveis e fossem anulados da carteira de clientes em contrapartida das imparidades já constituídas em outros exercícios, no montante de mECV 56.544 (mECV 18.159 em 2015).

24. Provisões do Exercício

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 a rubrica de “Provisões” não apresenta qualquer movimento, como se segue:

	2016	2015
Aumento provisões	-	-
Reversões	-	(734)
Total	-	(734)

25. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica *Outros rendimentos e ganhos* apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

	2016	2015
Rendimentos em Aliações Ativos	117	1.014
Rendimentos em Sinistros Ativos	485	2.453
Rendimentos em Rendas	74.661	64.440
Outros Rendimentos em Inv. Não Financeiros	489	0
Correções períodos anteriores	10.339	2.698
Imputação de subsídios para investimentos	39.328	38.909
Outros	4.477	351
Total	129.895	109.865

O crescimento nos rendimentos em rendas dos propriedades de investimento da empresa esta relacionado a disponibilização de espaços que ocorreram durante 2016.

26. Outros Gastos e Perdas

A rubrica *Outros gastos e Perdas* apresenta o seguinte composição nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

	2016	2015
Impostos	22.699	38.392
Correções relativas a períodos anterior	17.689	1.267
Donativos e Quotizações	16.277	15.751
Outros Gastos Operacionais	4.108	37.881
Total	60.773	93.292

27. Depreciação e Amortização

A rubrica de “Depreciação e Amortização” apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

	2016	2015
Edifícios e Outras Construções	2.710	-
Total dos Propriedades de Investimento	2.710	-
Edifícios e outras construções	199.058	201.630
Equipamento básico	203.903	215.125
Equipamento de transporte	30.721	57.877
Equipamento administrativo	19.397	21.933
Outros Ativos fixos tangíveis	3.767	5.475
Total dos Ativos Fixos Tangíveis	456.845	502.040
Software	17.806	23.242
Total dos Ativos Intangíveis	17.806	23.242
	477.361	525.282

Os *Gastos de depreciação e de amortização* das propriedades de investimento e dos ativos durante o exercício de 2016 foram os que constam do quadro acima, tendo em conta a respetiva vida útil dos mesmos.

28. Juros e Ganhos Similares

Nos exercícios findos de 31 de Dezembro de 2016 e 2015 as perdas e ganhos com juros e similares foram as seguintes:

	2016	2015
Ganhos		
Juros Obtidos	46.612	77.226
Diferenças Cambiais	44	310
	46.656	77.536

Os juros obtidos, principalmente referem a aplicações em depósito a prazo para rentabilizar o excedente temporais de tesouraria assim como ganhos com depósito a ordem remunerados.

29. Imposto Sobre o Rendimento do Exercício

A rubrica de “Imposto sobre o Rendimento do Período” apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, na sequência do novo CIRPC (Lei nº82/VIII/2014) que entrou em vigor em 1 Janeiro de 2015, que veio a introduzir a taxa autónoma:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

	2016	2015
Imposto Corrente	86.939	-
Imposto Diferido	-	16.793
Imposto Incêndio	1.739	-
Taxa Autónoma	2.674	2.601
	<u>91.352</u>	<u>19.393</u>

A reconciliação entre o resultado contabilístico e o fiscal é apresentado na tabela seguinte e baseia-se no declaração fiscal do Modelo 1B do IRPC.

	2016	2015
Resultado antes de Imposto	279.194	47.696
Diferenças Permanentes		
Imparidade Clientes	52.619	1.956
Gastos de exercícios anteriores	17.689	1.267
Donativos Quotiz. não Obrigatórias	2.923	952
Acréscimo de Gastos c/ Viaturas Ligeiras	2.431	-
Imposto único Sobre Património	-	3.660
Correções de imposto	-	8.746
Despesas não Devidamente Documentadas	329	1.806
Outras situações liquidam	3.036	1.881
Deduções entre Mais e Menos Valias	(10.464)	(794)
	<u>68.564</u>	<u>19.475</u>
	<u>347.757</u>	<u>67.171</u>
Dedução de prejuízos fiscais reportáveis		(67.171)
Resultado tributável (1)	<u>347.757</u>	-
Taxa Nominal de Imposto (2)	25%	25%
Imposto Corrente (3)=(1)x(2)	<u>86.939</u>	-
Imposto Diferido Gerado no exercício (4)		16.793
Imposto Incêndio (5)	1.739	
Taxa Autónoma (6)	2.674	2.601
Imposto Sobre o Rendimento do Período (3)+(4)+(5)+(6)	<u>91.352</u>	<u>19.393</u>

O cálculo efetuado com base no novo código (CIRPC), veio a incluir como não aceite fiscalmente algumas situações que destacamos, como as Despesas não Devidamente Documentadas. Introduziu ainda, o conceito da Taxa Autónoma, que é um imposto direto que incide sobre determinadas despesas, com destaque para alguns benefícios atribuídos aos trabalhadores.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

30. Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais não Reconhecidos

Em 31 de Dezembro de 2016 a Empresa não tem passivos contingentes nem compromissos contratuais não reconhecidos nas demonstrações financeiras ou divulgados no Anexo.

31. Garantias Prestadas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, as garantias prestadas pelo Governo de Cabo Verde pela Empresa para obtenção de financiamentos eram como se segue:

<u>Entidade Financeira</u>	<u>Emitente</u>	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Banco Interatlântico	Gov. C.V.	137.886	137.886
Banco Comercial do Atlântico	Gov. C.V.	400.000	400.000
Banco Caboverdeano de Negócios	Enapor	70.000	70.000
		<u>607.886</u>	<u>607.886</u>

32. Reexpressão das Contas do exercício de 2015

A empresa no exercício de 2016 alterou a política contabilística sobre o registo tanto dos Gastos como dos rendimentos no tocante as operações relacionadas com o corpo de estiva (Serviço de Mão de obra portuária). Desta forma, e por ser uma regularização significativa que alterou a partir do exercício de 2016 e que afetou os exercícios anteriores, Empresa procedeu a reexpressão para fins comparativos das demonstrações financeiras em 31 Dezembro de 2015, nos termos previstos na NRF 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, tendo afeta do apenas a demonstração dos resultados por natureza do exercício de 2015, nas rubricas de "Remuneração Base - Pessoal estiva", "Encargos Segurança Sociais - Remuneração Pessoal estiva" e SOAT - Pessoal estiva" no tocante aos Gastos e "Serviço Mão de Obra Portuária", "Outros serviços de Movimentação de Mercadorias", "Outros serviços de Aluguer de Equipamentos", "Outros serviços Prestado aos Navios", "Taxa de Administração", "Outros Serviços Secundários".

Esta alteração referida, não influenciou o balanço publicado de 2015.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2016
(Montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos – mECV)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZA REEXPRESSADO EM 31 DEZEMBRO DE 2015

Montantes expressos em Milhares Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	PERÍODO			
	Reexpresso 2015		Reexpressão	Publicado 2015
	Nota	Valores		Valores
Prestações de Serviços	20	2.644.726	566.945	2.077.781
Gastos com Matérias Consumidas	9.2	(51.703)		(51.703)
Resultado Operacional Bruto		2.593.024	566.945	2.026.079
Fornecimentos e Serviços Externos	21	(471.346)		(471.346)
Valor Acrescentado Bruto		2.121.678	566.945	1.554.733
Gastos com o Pessoal	22	(1.350.180)	(346.885)	(1.003.295)
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	23	(66.528)		(66.528)
Provisões (aumentos/reduções)	24	734		734
Outros Rendimentos e Ganhos	25	109.865	(220.060)	329.926
Outros Gastos e Perdas	26	(93.292)		(93.292)
Resultado Antes de Depreciações, Amortizações, Perdas/Ganhos de Financiamento e Impostos		722.278	(0)	722.278
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	27	(525.282)		(525.282)
Resultado Operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		196.996	(0)	196.996
Juros e Ganhos Similares Obtidos	28	77.536		77.536
Juros e Perdas Similares Suportados	17.2	(226.836)		(226.836)
Resultado Antes de Impostos		47.696	(0)	47.696
Imposto Sobre o Rendimento do Período	29	(19.393)		(19.393)
Resultado Líquido do Período		28.303	(0)	28.303

33. Divulgações Sobre Diplomas Legais

À data de 31 de Dezembro de 2016 não existem divulgações exigidas por diplomas legais a que a ENAPOR, S.A. estivesse sujeita.

34. Outra Informações cuja Divulgação Seja Considerada Relevante para Compreensão da Posição Financeira e dos Resultados

À data de 31 de Dezembro de 2016 não existem outras informações cuja divulgação seja considerada relevante para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados da Empresa.

35. Aprovação das Demonstrações Financeiras

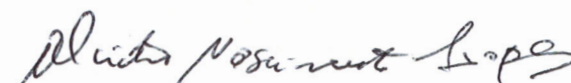
Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa em 29 de Maio de 2017.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



Dr. Paulo Manuel Santos Mota

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



Alcídio Nascimento Lopes



Eugénia Rodrigues Soares

RELATÓRIO E PARECER DO CONCELHO FISCAL

ENAPOR – EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO EXERCÍCIO DE 2016

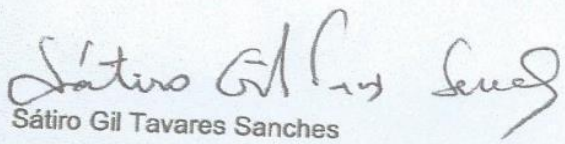
RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

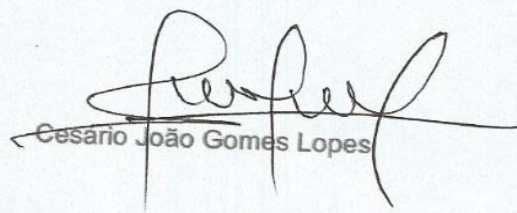
1. Dando cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, no âmbito das suas atribuições o Conselho Fiscal apresenta o relatório sobre a actividade de fiscalização desenvolvida e emite o parecer sobre o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras e demais elementos de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração da **ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
2. No decurso desse exercício o Conselho Fiscal acompanhou com regularidade e extensão que considerou adequado e possível, a actividade da empresa e as principais decisões do Conselho de Administração através da leitura das actas de reunião desse órgão, o cumprimento das leis e do estatuto, a evolução da situação económica-financeira da empresa, a regularidade e observância das normas e princípios do registo contabilístico e o cumprimento da execução orçamental.
3. Assim, no âmbito das suas funções o Conselho Fiscal verificou e apreciou:
 - a) A regularidade do registo contabilístico e da respectiva documentação;
 - b) O Balanço, a Demonstração dos resultados por natureza, a Demonstração de alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o correspondente Anexo e o Relatório do Conselho de Administração, de forma a permitir uma adequada compreensão da evolução dos negócios e da situação financeira e dos resultados da empresa;
 - c) Que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos são adequados;
 - d) Que a proposta de aplicação dos resultados apresenta-se em conformidade com as disposições legais e estatutárias.
4. Igualmente o Conselho Fiscal apreciou o Relatório de Auditoria externa, que apresenta opinião positiva relativamente às demonstrações financeiras apresentarem de forma apropriada a posição financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2016, com uma reserva e um ênfase que consideramos pertinente e a ter em atenção pelas implicações que as mesmas poderão ter nas demonstrações financeiras.
5. Tendo em conta o exposto acima e as informações recebidas do Conselho de Administração, somos do parecer que a Assembleia Geral Anual da Sociedade aprove:
 - 5.1) O Relatório de Gestão
 - 5.2) As Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2016
 - 5.3) A Proposta de Aplicação de Resultados

Santos Alberto

Mindelo, 25 de Julho de 2017

Os membros do Conselho Fiscal em funções


Sátiro Gil Tavares Sanches


Cesário João Gomes Lopes

CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Ao Acionista da ENAPOR-Empresa Nacional de Administração dos Portos, SA

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras da ENAPOR-Empresa Nacional de Administração dos Portos, SA (adiante designada por ENAPOR ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 6.545.529 contos e um total de capital próprio de 2.724.813 contos, incluindo um resultado líquido de 187.842 contos), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como o respetivo anexo, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida no primeiro parágrafo da secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da ENAPOR em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Relato Financeiro (NRF) adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF).

Bases para a opinião com reservas

Até à presente data não obtivemos respostas aos pedidos de confirmação direta de saldos e outras informações de diversas entidades, quer públicas quer privadas (saldos devedores de cerca de 163.000 contos e credores de cerca de 21.000 contos), com quem a Empresa mantém relações comerciais, nem foi possível obter a reconciliação de algumas respostas obtidas, cujos saldos ascendem a 157.000 contos devedores e 8.300 contos credores. Não obstante os procedimentos alternativos aplicados, esta situação constitui uma limitação ao âmbito e à profundidade do nosso trabalho.

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA-*International Ethics Standards Board for Accountants*, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas neste código. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfases

Conforme descrito na Nota 32 do Anexo, em 2016 a Empresa passou a relevar como gasto e como receita os valores relacionados com a estiva de bordo, os quais até então eram registados em contas de terceiros (Outros devedores e credores) face ao entendimento que havia de que os mesmos ocorriam por conta e ordem dos Clientes (navios). Em função da materialidade dos valores envolvidos (cerca de 347.000 contos no exercício de 2015), foi necessário reexpressar as contas do exercício de 2015, por forma a que as mesmas, que são apresentadas nas demonstrações financeiras de 2016 para efeitos comparativos, possam de facto ser comparáveis. A Empresa aproveitou ainda para reexpressar um montante de cerca de 220.000 contos referente a serviços diversos relacionados com trabalhos de estiva, que até 2015 era contabilizado na rubrica Outros rendimentos e em 2016 passou a ser relevado como Prestações de serviços.

A ENAPOR obteve, em 1982, através do Decreto-Lei nº 58/82, de 19 de Junho, a concessão da exploração económica dos portos existentes na República de Cabo Verde, com base na qual a Empresa utiliza um vasto conjunto de bens de domínio público, sem que, contudo, tenham sido definidas algumas condições da sua exploração, nomeadamente, o seu prazo e contrapartidas financeiras. Em 12 de Setembro de 2013, através do Decreto-Legislativo nº1/2013, foi alterada a Lei dos Portos de Cabo Verde, que veio atribuir à Empresa a figura de concessionária geral dos mesmos, competindo-lhe exercer as atribuições do Estado em matéria de administração, gestão e exploração de portos, terminais e zonas portuárias, sendo-lhe, ainda, permitida a subconcessão daquelas atividades a entidades privadas. Em 18 de Maio de 2015, através do Decreto-Lei nº 31/2015, foram aprovadas as Bases da Concessão dos Portos de Cabo Verde, redefinindo o quadro jurídico geral da concessão dos Portos, bem como as bases gerais das subconcessões de gestão, exploração e operação portuária e serviços portuários, aprovando ainda o modelo de regulação económica do sector portuário. Este diploma mantém a ENAPOR como Concessionária Geral dos portos de Cabo Verde, mediante a celebração do correspondente contrato, o qual até à presente data não foi ainda objeto de publicação no Boletim Oficial. Ainda de acordo com este diploma, a ENAPOR enquanto Concessionária Geral dispõe das competências conferidas à administração portuária, nos termos da Lei dos Portos de Cabo Verde. O prazo máximo da Concessão é de cinquenta anos a contar da data de assinatura do Contrato de Concessão, no âmbito do qual se definirá o prazo concreto da mesma. Este prazo poderá ser prorrogado por um período máximo de vinte anos. Conforme referido anteriormente, a esta data ainda se encontra por publicar o Contrato de Concessão, pelo que se encontram ainda por definir as condições daquela concessão geral, incluindo o seu prazo, as condições remuneratórias a ela associadas, e os bens imóveis, móveis e intangíveis afetos à Concessão. Desta forma, a conclusão deste processo poderá ter impactos significativos nas demonstrações financeiras da ENAPOR. Saliente-se que no que respeita ao registo dos ativos fixos tangíveis e respetivo período de amortização, que na sua generalidade é coincidente com

os períodos máximos permitidos pela legislação fiscal, a Empresa mantém os pressupostos adotados em anos anteriores, os quais podem não se revelar adequados, caso o valor dos ativos atribuídos à Empresa, bem como o prazo para a concessão venham a ser distintos dos procedimentos contabilísticos que a ENAPOR tem vindo a seguir.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na nossa auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da nossa opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Considerámos na auditoria as seguintes matérias relevantes:

Matérias relevantes de auditoria	Síntese da resposta da auditoria
<i>Reconhecimento do Rédito (cut-off e plenitude)</i>	
O rendimento proveniente da prestação de serviços é reconhecido de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo os rendimentos e gastos reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. Identificámos o risco de um indevido reconhecimento ou diferimento do rédito, bem como do seu não reconhecimento integral (plenitude).	A resposta da auditoria envolveu, entre outros, os seguintes procedimentos: <ul style="list-style-type: none">- Realização de testes de controlo para confirmar o nosso entendimento do processo através do qual o rédito é calculado pelos sistemas informáticos;- Quando os testes de controlo não foram considerados suficientes foram efetuados procedimentos alternativos.

Responsabilidades do Órgão de Gestão e dos Encarregados da Governação pelas Demonstrações Financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas de Relato Financeiro adotadas em Cabo Verde através do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias

relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o órgão de gestão tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Os encarregados da governação são responsáveis pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Empresa em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas

conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Empresa descontinue as operações;

- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria;
- Adicionalmente, declaramos aos encarregados da governação que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas;
- Das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório de auditoria, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública ou quando, em circunstâncias raras, determinamos que a matéria não deve ser divulgada no nosso relatório porque, fazendo-o, existem consequências adversas que se espera possam ser maiores que os benefícios do interesse público.

Praia, 19 de junho de 2017



António Pina Fonseca, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.